

O time de
OPINIÃO
está na
página 4



Adalberto Naschenweng



Zé Pedro



Eduardo Albuquerque (Duda)

EM TEMPO:

SEMANARIO NACIONAL - ANO II - N.º 77 - Cr\$ 20,00 - 16 A 22 DE AGOSTO DE 1979

Quem é quem na esquerda brasileira

A partir desta edição, EM TEMPO inicia a série CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA que virá do começo dos anos 60 até hoje. Neste primeiro capítulo conheça a mais completa "árvore genealógica" dos partidos e organizações da esquerda. Páginas 8 e 9

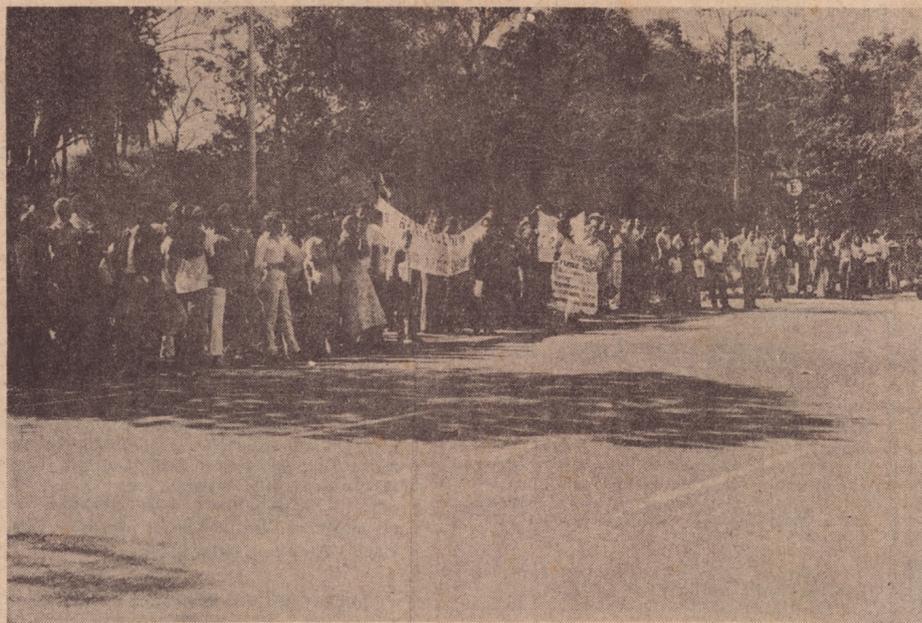


Debate

Minas, capital da greve.
Saiba o porque, na opinião
das lideranças
dos trabalhadores
que participaram dos últimos
movimentos grevistas.

Pág. 12

Ditadura espanca grevistas

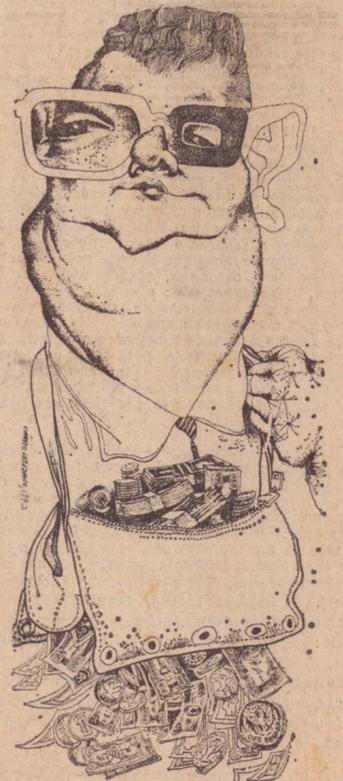


Em Minas e no Rio Grande do Sul a polícia ataca violentamente grevistas de várias categorias, causando grande número de feridos.

Pág. 7

O Feiticeiro Está de Volta

A queda do ministro do Planejamento
Mário Henrique Simonsen
e os Delfim's boys
passando agora ao
comando da política econômica.



Pág. 8

Cultura

salve malu mulher!
não perca!
pela primeira vez,
um personagem
da TV quer ser
inteligente.

Pág. 10

E mais:

- ★ Luta operária na Zona Leste de São Paulo
- ★ A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Próxima edição:

A situação dos movimentos feministas no Brasil. Balanços elaborados com a participação de: Nós Mulheres, Associação das Mulheres Paulistas, Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, e Movimento da Mulher Pela Liberação (de Porto Alegre)

aparte

Ditadura ainda nega passaporte a exilados

Após várias tentativas para a obtenção de um passaporte, o exilado Apolo Heringer Lisboa, Vice-presidente da UNE em 1966, recebeu do Itamarati negativa, no dia 25 de junho, sob alegação "das diversas condenações que tem no Brasil". Apolo Heringer, no dia 18 de julho último, escreveu ao Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, condenando as injustiças e arbitrariedades a que estão submetidos os opositores do regime. Transcrevemos abaixo alguns trechos da carta:

Durante anos a fio tenho tentado obter um passaporte. Como cidadão brasileiro no exílio, longe da família e da pátria, a negativa sistemática, das embaixadas e consulados do meu país em fornecer-me o documento, é-me gesto particularmente sem qualificação. Recebi do consulado brasileiro em Antuérpia a primeira resposta de todas as cartas enviadas anteriormente ao vosso Ministério. Comunica-me que não posso receber passaporte por estar condenado por "crimes" políticos no Brasil. E todo mundo sabe, que este regime pode condenar quem quiser. Inclusive, retificando a carta, deixo claro que tenho ainda mais duas condenações na década passada, já prescritas. Nos arquivos de nossa história deixarei estes processos, orgulhosamente, em herança a meus netos.

Essa carta do consulado chegou alguns dias somente depois que o jornal do Brasil publicou uma nota a respeito da minha situação. Dois dias passados, no dia 21 de junho, em nota no mesmo jornal, o Conselheiro Bernardo Pericás, porta-voz do Itamarati, já dizia que a negativa ao meu pedido de passaporte se justificava pelas diversas condenações que tenho no Brasil. Incoerência total, pois a mesma nota informava que o Ilustríssimo Senhor Ministro determinara a concessão de passaporte ao Professor Paulo Freire que não teve este documento desde 1964, sem que jamais tenha sido enquadrado processualmente pela Justiça Militar ou seja que justiça for. Pois bem, se Paulo Freire, que ingenuamente se meteu a ensinar o povo a ler, e com ele centenas de outros exilados sem passaportes, não será por que estou com dois processos feitos sem meu conhecimento e sem direito a defesa, que o Itamarati não me concede passaporte. Isto é mero pretexto, aliás muito mal escolhido.

Ilustríssimo Senhor Ministro, num momento em que a nação quase inteira clama por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, causa inquietação o linguajar punitivo estilo Ato Institucional N.º 5, usado pelo Conselheiro Pericás e pela carta do consulado de Antuérpia em nome de Vossa Senhoria.

Se do ponto de vista político e biológico os trabalhadores deste país foram as principais vítimas deste período de sangue e de anémia crônica, do ponto de vista pessoal e afetivo foram as famílias de milhares de brasileiros que sofreram. Não sei se haveria no código o crime de "atentado à família" por parte do Estado. Mas outra coisa não houve tão sistemática e eficaz depois de 1964 da parte deste poder. Pais separados dos filhos, mães viúvas, filhos órfãos, membros de uma mesma família que não se vêem há 15 anos, gente arrebatada pela tortura na frente de familiares, mulheres violadas frente aos maridos e filhos, mortos enterrados na ausência dos entes queridos, desaparecidos para sempre, cadáveres inseputos.

Nenhuma anistia pode devolver a estas pessoas o que elas perderam para sempre. E sabemos que até hoje nenhum destes criminosos foram punidos.

É a tirania e a opressão que geram a revolta, justa revolta contra a injustiça. E os atos desta revolta são legitimados pela Declaração dos Direitos do Homem. Nós, os que lutamos contra a tirania e a opressão, não somos passíveis de penas ditadas pelos tribunais de excessão improvisados ao sabor de um regime sem legitimidade nem sentimento humanitário. Os processos que nos foram movidos não passam de simulacros de justiça, para esconder a origem dos crimes cometidos contra a Nação, sobretudo contra os trabalhadores. Respeitosamente,

Apolo Heringer Lisboa

Excepcional usado para camuflar chacina política

Prezados Companheiros:

Um inocente está morrendo dentro das celas estreitas do Manicômio Judiciário de Barbacena, em Minas Gerais. Orlando Sabino foi usado pela polícia para camuflar uma operação secreta de repressão política. A grande imprensa do país publicou a versão oficial em 1972, mostrando Orlando Sabino, com destaques diários nas primeiras páginas dos jornais e na TV, como sendo o "Monstro do Triângulo".

O escritor Joaquim Borges investigou o caso e levantou provas, mostrando que Orlando Sabino é inocente e que as balas retiradas dos corpos das vítimas da chacina são de calibre 44, de uso privativo da polícia. No seu livro "Operação Anti-Guerrilha", Joaquim Borges apresenta, além destas, outras importantes revelações. O livro está sendo vendido nas bancas e exemplares foram remetidos a todos os jornais que noticiaram a ocorrência, apresentando, na época, Orlando Sabino como culpado.

A grande imprensa, entretanto, até o momento não quis cumprir a lei, publicando a verdadeira versão dos fatos. Conforme manda a lei de imprensa, os mesmos jornais, as mesmas estações de rádio e TV que expuseram a imagem de um indefeso excepcional diante da opinião pública de todo o país com o estigma de monstro sanguinário, esses mesmos meios de comunicação agora são obrigados a reparar o mal e publicar a verdade. Antes do livro de Joaquim Borges, essa imprensa incompetente teria desculpas, poderia alegar ignorância dos fatos. Mas agora não: o escritor levantou provas irrefutáveis e cita todas elas no seu livro e elas podem ser cheçadas a qualquer momento. Mas como o pobre Orlando Sabino é o mais indefeso dos homens do planeta, sem nenhum parente para levar os jornais aos tribunais e exigir reparação, essa imprensa burguesa nem sequer tomou conhecimento do caso, embora notificada pela remessa do livro por parte de amigos do escritor.

Tal atitude constitui grave violação dos direitos humanos e uma flagrante traição cometida pela grande imprensa contra a opinião pública nacional. Orlando Sabino é inocente e foi inclusive absolvido pela justiça, por absoluta falta de provas. E sendo inocente tem que ser libertado. E se for libertado carregando nas costas a imagem de um monstro, sua vida correrá perigo. A polícia fez o mal, a imprensa noticiou. Agora essa imprensa tem que desfazer o engano. A CNBB, através do presidente da Regional Leste II, Dom Benedito de Ulhoa e de Dom Estêvão Avelar, promete assumir a causa do inocente. É necessário que a OAB, o Movimento pela Anistia, a ABI, o MDB e todos os órgãos da imprensa livre do país cerrem fileiras pela libertação de Orlando Sabino, que está morrendo nas garras da repressão psicológica, cumprindo pena por uma chacina que jamais cometeu.

Elisabete Gonçalves Zuza, Uberaba.

A cegueira da polícia

Fuad Lutfalla Júnior, Fábio Lutfalla e Edmundo Kehdi, diretores da S. A. Fiação e Tecelagem Lutfalla (quem não se lembra daquele escândalo?) e parentes do "governador" Paulo Salim Maluf, incurso em inquérito por sonegação fiscal estão sendo procurados pela polícia há um ano e não são encontrados. Não é uma questão de bom esconderijo. Se fossem ladrões de galinha já teriam sido presos, curtindo um pau de arara e estariam desfrutando de uma temporada na prisão ou comendo capim pela raiz em algum cemitério por aí. Não há nada como ter um cúmplice no poder. (MBS)

Lei do mais forte

Quem duvida que a lei é feita pelas classes dominantes para melhor explorar as classes dominadas, precisa dar uma olhadinha no que está acontecendo em Trindade, litoral sul do estado do Rio. Lá, a "lei" aliou-se aos jagunços para tomar terras de pobres pescadores e agricultores e entregar a uma multinacional interessada em explorar o turismo e os brasileiros.

Quem acha que jagunço é coisa de sertão nordestino, norte de Mato Grosso, por aí, podia ver lá em Trindade, divisa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os tidos como mais adiantados deste país, uma camioneta de policiais acompanhados de um oficial de justiça e oito jagunços expulsando, das casas que moravam, homens, mulheres e crianças que nunca desrespeitaram as leis que merecem ser respeitadas, ao contrário dos jagunços e de sua mandante, a "Companhia

Trindade de Desenvolvimento Territorial", empresa multinacional sediada em Luxemburgo, que destruiu casas, bateram e ameaçaram gente.

O juiz de "Direito" de Parati, Ulisses Monteiro Ferreira, que autorizou a operação, mostrou bem de que lado está a lei: "Não podemos deturpar a lei por causa de problemas sociais. Temos que adaptar os problemas sociais à lei". Surpresa? Vocês não viram nada. Como se ele fosse uma espécie de Deus para decidir sobre a vida e a morte de todo mundo, completou: "no momento em que se deixa de cumprir um mandato judicial ninguém mais tem tranquilidade para andar nas ruas". Só que o mandato judicial emitido por ele foi justamente o contrário: deu pra perceber que ninguém pode ter tranquilidade neste país, a não ser que esteja do lado certo, ou seja, o da força. (RVN)



A frente de oposições do Chagas Freitas

Quem lê a Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro vê todos os dias o jornalista Hélio Fernandes dar um pau no "gangster da rua Riachuelo", Chagas Freitas, que a poder de muita tramóia é o atual governador blônico do Rio. As acusações vão desde corrupção até abuso (e põe abuso nisso) de poder.

Chagas Freitas não reage, o que indica — entre outras coisas — que ele não tem porque reagir, ou seja, que Hélio Fernandes está certo. Afinal, Chagas conseguiu garfar até o jor-

nal "O Dia" do próprio Adhemar de Barros, que já foi tido como o cara que mais entendia de falcatruas. Em termos de safadezas basta lembrar a sujeira que Chagas fez para impedir que a suplente de deputado Rosalice Fernandes tomasse posse. E o comportamento dele e seu cúmplice Arnaldo Niskier na greve dos professores? É bom não esquecer isto.

Portanto, não há o que defender em Chagas Freitas. Ele não é nem um pouquinho melhor que o Maluf ou o Francelino, que

assolam, respectivamente, São Paulo e Minas Gerais. Só uma coisa complica: Chagas está no MDB. Não é, nunca foi e nunca será oposicionista, porque não dá lucro, mas está no MDB, insinuando que este partido não dá pé. Um partido que tem o Chagas Freitas não é melhor que Arena nenhuma e não merece apoio de ninguém. E as poucas tentativas de expulsá-lo são barradas, mostrando que ele tem semelhantes na "oposição" agindo em sua defesa. (RVN)

Adesistas de mão cheia

O Maluf, com sua característica "sutileza", disse em Brasília que "o MDB come na minha mão, vem quando eu chamar". Entreteu os adesistas, pois estes até há pouco tentavam enganar, dizendo que votaram no prefeito Reinaldo de Barros por isso ou por aquilo e não falavam a verdade. A realidade é que, se a mão vazia estendida pelo Figueiredo já atrai adesistas, a mão cheia de tutu do Maluf atrai muito mais. Tá explicado. (MBS)

A TFP vai para a cadeia na França

Vocês sabem que há uma multinacional com sede no Brasil e agindo na Argentina, Chile, Uruguai e até na França? Pois é, ela se chama Sociedade Brasileira de Tradição, Família e Propriedade, ou simplesmente TFP, e o seu produto é o fanatismo.

Foi preso, finalmente, na França — por abuso de confiança — o principal dirigente da organização na Europa, Martin Afonso Xavier da Silveira, que é também diretor do escritório de representação da Construtora Adolfo Hitler, digo, Adolfo Lindenberg. Conforme o jornal, o di-

to-cujo pegava grana lá para aplicar aqui e ainda enfiava besteiras na cabeça dos alunos da escola "Saint Benoit", ensinando inclusive as suas vítimas a louvarem e obedecerem cegamente o "profeta" Plínio Correia de Oliveira, que seria o Cristo (ou anti-Cristo) deles (nas rezas eles dizem: "Santa Lucília, mãe de Plínio, rogai por nós...")

Se na França eles estavam assanhados assim, imaginem o que já aprontaram por aqui. Já deve ter gente rezando até para São Lenildo. (OF)

g e r

A liberdade irrestrita do jornal do CCC

Apresentando com saúde dos tempos em que participava de torturas a presos políticos (há várias denúncias contra ele), Afonso Celso Paulino, membro do CCC e dono do Jornal de Minas continua fazendo o que pode pela sua ideologia de extrema-direita (a extrema que não dá cadeia): ameaça, acusa e mente em seu vagabundíssimo jornal.

No dia 31 de junho, por exemplo, o editorial do jornal fascista culpava pelos fatos ocorridos durante a greve dos operários da construção civil não a fome, não a insensibilidade dos patrões e do governo e também não a violência policial. Para o fascista Afonso Celso Paulino, tudo foi um plano diabólico traçado

em 1978, em São Paulo, pelo Partido Comunista, VAR — Palmares, Partido Operário Comunista e outras organizações de esquerda não só do Brasil, mas também da América do Sul e da Europa. Tudo isso, o Jornal de Minas imaginou para esconder uma verdade: até o pelego do Sindicato da Construção Civil de Belo Horizonte reconheceu e denunciou que os provocadores que tentaram levar os operários a um confronto com a polícia eram do CCC.

Para provocar insegurança e ameaçar os inimigos, (que devem ser mortos), o Jornal de Minas não poupa nem o horóscopo. No mesmo dia 31, lá estava — para amostra — o signo de Aries: "A crítica cans-

trativa ajuda muito, mas você não faz uso dela. Procure moderar-se ou sofrerá uma agressão violenta". Já para o signo de câncer, o jornal é mais direto: "não participe de manifestações públicas. Você poderá sofrer atentados contra sua vida, o mais visado é você". Se fosse um jornal de esquerda, no mínimo seria responsabilizado pela morte do operário Oroclício.

Lembramos aos leitores que, para o governo, terroristas são os caras que estão presos há anos e que ainda, segundo o governo, são perigosos demais para saírem da cadeia. Bonzinho mesmo, merecedor de toda a liberdade é o sr. Afonso Celso Paulino. — (O.F.)

Pepino

Estamos falando da Secretaria do Planejamento. Sai o modelo movido a álcool, entra o movido a pepino.



EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alii, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadal, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável e Secretário de Redação: Robinson Ayres.

Editor-Geral: Carlos Tibúrcio.

EDITORIAL: Nacional: F. Pereira, Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alii, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Maria Candida, Reiton Fracalossi, Se-

bastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Tom Duarte, Guido Mantega; Internacional: Cândido Fernandes, Vilma Amaro, João Machado, Olgária Matos, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Bilezer Rizzo de Oliveira, José Veiga. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador). Arte e Produção: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martine, Cadinho, Cláudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jus Carlos, Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães, Vera Rodrigues; Arquivo e Pesquisa: Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Marisa Araújo, Amarildo (Administração). Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Scher, Sosa (Redação); Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração). Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo 316, Sala 203) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto

Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Orlando Guilhon Braga. Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

COLABORADORES: São Paulo: Letânia Menezes, Jorge Batista, Tibério Canuto, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Júnior, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Rita Kehli; Recife: Cecy Prestello, Orlando Mindello; Aracaju: David Dantas; Campinas: Maria Alice; João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos; Natal: Cláudio; Macéió: Régis Cavalcanti; Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35-7773. Redação: Rua Mathews Grou, 571 Pinheiro — São Paulo — CEP 05410 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio SP-BH-Brasília-Vitória): Superbancas Ltda (Rua Ubaldino do Amaral, 42-RJ) — Composto e impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 — Telefone: 221-6929.

aiis

Governador manda baixar o pau

O governador de Mato Grosso, Frederico Campos presenciou (e parece ter sido ele mesmo que autorizou) o espancamento e as ameaças de morte feitas pela polícia (em todo o Brasil, cada vez mais inimiga do povo) ao deputado Paulo Pereira Nogueira.

O vice-líder da Arena na Câmara, deputado Claudino Sales, provando que merece o cargo, parece ter achado o espancamento uma coisa natural, preferindo acusar a própria vítima (quem achava que esse método acabou?), considerando condenável os seus protestos e dizendo que "está implícito que pretendiam impedir que o prefeito fosse empossado".

O cinismo continua desvariado no partido do governo, hem? (OF)

Ecologia

Pô, com o recente Grande Prêmio Brasil, que teve a honra-lo a presença do João "adoro cavalos" Figueiredo, alguns ecologistas tiveram uma ideia: Que tal expropriar o Hipódromo da Gávea? Já imaginaram que baita área de lazer não daria? Piscinas públicas, campos de futebol, de vôlei, etc, etc. E tudo isso sem precisar mexer na Lagoa Rodrigo de Freitas. Já que não se pode mais passear por aí nos fins-de-semana, pelo menos que se crie alternativas para a população. Quanto aos cavalos da burguesia, que vão correr em outra freguesia. (R.R.)

isto aí

O fato dominante na semana foi a demissão do ministro Mário Henrique Simonsen, do Planejamento, e sua substituição pelo, agora todo poderoso, Delfim Neto (veja pág. 5). A ofensiva popular na questão da anistia prosseguiu com as greves de fome dos presos, atos públicos e o encerramento da fase de apresentação de emendas ao projeto do governo no Congresso (veja pág. 9).

Moderados acuados

Diante da reunião reorganizadora do grupo autêntico, realizada em Brasília no último dia 8 congregando cerca de 60 parlamentares do MDB, os moderados emedebistas, assustados, ensaiaram uma reação advertindo seu chefe máximo: os autênticos agora estão a cortejar Ulisses Guimarães, mas o que eles querem mesmo é Arraes: tão logo ele chegue do exílio, jogarão Ulisses pela janela.

Thales Ramalho, Tancredo Neves e Renato Azeredo, dentre outros, todos moderados — ou mesmo adesistas — ensaiaram uma nota de resposta ao documento dos autênticos mas, que não chegou a sair, devido à pacificação de ânimos realizada pelo próprio Ulisses.

Apesar da dificuldade na reunião dos autênticos em se chegar a uma resolução final clara e consensual, demarcatória da atuação do grupo e dos seus procedimentos, no entanto, isto já foi o bastante para que os moderados e adesistas, paralisados na ação e crescentemente desmoralizados frente à opinião pública, se outcassem. E a coisa não deve parar aí, pois o grupo mais combativo dentro dos autênticos está já com uma programação de atos "pré-partidários" que irá incomodar mais as direções do MDB.

Arraes dá seu recado

Num documento datado de 27 de julho e agora publicado pela Folha de São Paulo de 15/8, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, intervém no debate sobre a rearticulação partidária. A "reivindicação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre a soberania, coloca-se como primeira prioridade política." Isto posto Arraes parte para a caracterização do que ele chama de "novo MDB", depositário de uma grande confiança do povo a partir de 74 e principalmente 78. E colocando-se contra os planos divisionistas do regime, aponta para a necessidade do MDB caminhar no rumo do que foi o Encontro de São Bernardo: "os esforços devem prosseguir, na busca de uma articulação de fato (com setores como o vigoroso sindicalismo) que seja capaz de evitar a estratégia de dissolução da oposição pelo regime bem como a desfiguração do MDB pelo seu descompasso com os movimentos populares".

Diante do PTB, Arraes apresenta-se bastante crítico: "o esboço de programa avançado em Lisboa não tem nenhuma diferença significativa em relação ao atual MDB", o que no entanto, acrescenta Arraes, não deve impedir nossa unidade, desde que num outro patamar político.

PC do B avalia PT

João Amazonas, Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB de 1962, desde o exílio, fala ao jornal Movimento desta semana sobre a proposta do Partido dos Trabalhadores: "A classe operária precisa se organizar de maneira independente, ter seu partido de classe, que não se confunda nem se misture com outros estratos sociais. Acontece no entanto que o partido dos trabalhadores — verdadeiramente de classe, verdadeiramente proletário, verdadeiramente socialista — já existe. É o Partido Comunista do Brasil, que sintetiza uma história e uma experiência do movimento operário de 57 anos de luta (o PC do B se reivindica herdeiro da tradição comunista no Brasil desde 1922). Sob sua bandeira devem marchar, unidos, todos os explorados e oprimidos de nosso país. Organizar outro partido é criar uma força paralela... o partido que se pretende criar, apesar das boas intenções, carece desta base (proletária, científica) e se projeta como um partido reformista, um partido de sindicalistas."

Ao invés do PT está a indicação no n.º de junho de "A classe operária", órgão central do Partido Comunista do Brasil, num artigo assinado por N. Assis: "A reorganização dos autênticos deve servir portanto de exemplo a um processo geral de articulação das vanguardas oposicionistas em todos os setores da vida nacional".

Coerentemente com a posição desenvolvida mais acima por Amazonas, "A classe operária" dá também a notícia de que o PC do B resolveu que "o Partido comemore este ano de 1979 como o Ano Stalin".

Constituinte do PC é acadêmica

Em debate recente no Congresso Nacional, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, conselheiro privilegiado do general Figueiredo, disse que, "para restaurar a organização constitucional do país, praticamente destruída com a enxurrada de leis constitucionais posteriores a 64, o Congresso deveria preparar um projeto constitucional global. O que aliás foi defendido também por Figueiredo na sua entrevista ao semanário Veja da semana passada. Não uma Constituinte, adverte nosso liberal. Pois, em face das "evidências históricas que se acumulam, a solução política para o Brasil não pode ser outra, senão a mais moderada, ou seja a convergência das forças da situação no sentido da feitura de um projeto amplo de Constituição, ou da revisão de um projeto que lhe venha do governo."

Afonso Arinos acrescenta que a tese de Constituinte defendida pelo PC "é uma tese acadêmica e, retiradas as abstrações ideológicas, no Brasil só se poderia reunir se convocada pelo executivo ou por uma revolução vitoriosa que derrubasse o executivo".

O fato merece registro. Em primeiro lugar porque denota claramente que já não se fazem mais liberais como antigamente — Arinos reduz os parlamentares a meros revisores na sua "Constituinte".

Em segundo lugar, já é patente que o governo, através de balões de ensaio deste tipo, vem ultimamente com frequência crescente sondando o terreno para uma futura reforma constitucional, quem sabe até mesmo através de uma Constituinte com Figueiredo.

Medindo a subversão

Sob o título "Fatores de Motivação para os Movimentos Revolucionários e os Indícios Gerais da Subversão" um trabalho metodológico elaborado por órgãos militares afeitos à segurança, vem sendo utilizado nos últimos meses como roteiro para a análise da situação conjuntural do país. Trata-se de uma verdadeira cartilha para que um reles policial possa minimamente que seja, diferenciar a direita da esquerda e detectar uma situação como de "iminência revolucionária", a partir dos movimentos reivindicatórios em curso.

A incompetência do populista

O João, general João Batista Figueiredo, vulgo ditador de plantão, está jogando tudo nos planos de transformá-lo populista de cara nova. A visita "inesperada" que ele fez na semana passada a uma feira-livre do bairro de Bom Retiro, em São Paulo, para outra coisa não serviu. Os feirantes, avisados com antecedência, trataram de baixar os preços na hora em que o João chegou. O tenebroso chuchui, acusado em outras épocas como o responsável pela inflação, baixou rapidamente de Cr\$ 25,00 para Cr\$ 10,00, o pepino, que o Delfim Neto tanto gosta, baixou de Cr\$ 50,00, para Cr\$ 35,00.

Na verdade, os únicos beneficiados com a parafernália da visita foram as poucas pessoas que passaram pela feira enquanto o presidente estava lá. Ele disse que veio à cata dos culpados pela inflação, que seriam bem mais fáceis de ser encontrados lá em Brasília mesmo.

Se para combater a inflação o Figueiredo parece um incompetente, vindo procurar os culpados exatamente onde eles não estão, já para combater as reivindicações de aumento salarial dos trabalhadores o João dá mostras de saber utilizar um instrumento bastante mais eficaz: a polícia. Resta saber até quando.

O povo está na rua

Um arenista entregou na semana passada que o governo enviou instrução aos órgãos de repressão de todos os estados para que "ajam com energia" para conter manifestações de rua, "de qualquer tipo".

Acho que o governo ainda não percebeu que todo o povo está contra ele e que as manifestações de rua cada vez mais contam com milhares de pessoas. Não vai ser fácil a repressão conseguir energia para conter o povo na rua, como a greve dos pedreiros de Belo Horizonte já fez questão de demonstrar.

Malufistas

Del Bosco Amaral (quem diria?). Padre Leão, Samir Achoa, Athiê Jorge Cury, Natal Gale (até tu?), José Camargo, Ralph Biasi, Cardoso Alves, Adalberto Camargo, Antonio Zacharias, João Paulo Arruda, Jorge Paulo, Otacilio de Almeida e Mário Hato são os deputados federais paulistas que, segundo o próprio Maluf, estariam dispostos a bandear para o lado do ditador, ou melhor, para o lado do governo.

Para a maior parte da população paulista, "malufista" é um dos maiores palavrões que há na praça. Passar para o lado do Maluf significa, antes de mais nada, grana na jogada. Portanto, ser acusado de convertido para Arena é motivo para porrada. Não ligar para uma acusação dessas, é motivo para levar porrada. Qual é, federais paulistas, vocês são deputados federais ou os tais mandros federais da música do Chico Buarque? Quem votou em qualquer um da corja deve estar rasgando o título de eleitor a essas alturas. (MBS)

O PTB em São Paulo

O ex-deputado do MDB Lisaneas Maciel, cassado em 1976, lançou no último sábado o primeiro núcleo do PTB em São Paulo. No lançamento do PTB Lisaneas não conseguiu mostrar muita coisa. Mostrou só que os paulistas não estão muito dispostos a cair nessa de trabalhismo, tanto que o ex-deputado teve que vir do Rio de Janeiro pela absoluta falta de qualquer liderança paulista significativa que tenha sido conquistada pelas propostas trabalhistas.

Falando das propostas do trabalhismo, Lisaneas Maciel disse que o PTB vai estar voltado para "os marginalizados, esses 30 milhões de brasileiros que comem uma vez por dia". Ele só não explicou se o PTB vai estar voltado para os "marginalizados" para defender seus interesses ou se vai se voltar para eles única e exclusivamente atrás de votos como, aliás, sempre fez. (SC)



Figueiredo quer Miami

O Figueiredo está percebendo que não basta uma popularidade criada por agência de publicidade para sustentar um governo. Tanto que disse a um grupo de prefeitos: "preferia estar no lugar de Somoza". Com Delfim Neto no Ministério do Planejamento, ficará cada vez mais fácil ao Figueiredo satisfazer essa vontade. (RVN)

Adivinhação

Adivinhe qual será a primeira coisa que o Delfim fará no Ministério do Planejamento:

- Dira que a taxa de inflação em 1979 não ultrapassará os 12%.
- Dirá: "ah, que saudade da embaixada na França".
- Relembrando o tempo em que dizia "meu negócio é número", como ministro da Agricultura, achará que o Planejamento não é como ele queria e proporá a própria volta para a Agricultura; "meu negócio é pepino".
- Dirá "milagre sem AI-5 para converter os infieis não tem jeito". (RVN)

Ao vosso reino, nada.

Os bancos que "atuam" no Brasil tiveram entre 1969 e 1978, um crescimento de capital de 2.864%. A conta Capital e Reservas destes bancos aumentou em 5,170% e os lucros cresceram 3,386%. Enquanto isso, os bancários estão de mal a pior, como todo mundo sabe. Para combater um pouco a miséria em que se encontra a classe (para resolver mesmo a sua situação é preciso muito mais que isso), o Sindicato dos Bancários de São Paulo está reivindicando aumento de 30% e mais Cr\$ 3 mil fixos. Em resposta, o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Teófilo Azeredo Santos, disse que essas reivindicações "nem chegam a merecer consideração dos patrões". Na verdade, para os patrões nada merece consideração, a não ser os lucros. Eles querem que os bancários morram, de preferência de fome, e estão tentando há muito satisfazer essas intenções. Massacraram através de baixos salários — os seus empregados e depois, quando vier a greve que vai-se tornando inevitável, dirão que há agitadores entre eles. Como é, Figueiredo: matar empregado de fome não é terrorismo? Cana para os banqueiros. — (RVN)

Sai de baixo

O orçamento brasileiro, ou seja, toda a receita e a despesa do governo federal, em 1980, será de 875 bilhões de cruzeiros, segundo as previsões de Mário Simonsen. Em moeda da matriz, isso dá cerca de 30 bilhões de dólares, que é grana paca mas está abaixo da dívida externa construída com amor e carinho pelo regime instituído em 1964 para desfrute de seus amigos e aliados. Com o Delfim planejando agora a nossa fome, o orçamento pode não aumentar, mas a dívida (igualzinho no tempo do Simonsen ou pior ainda) sem dívida continuará aumentando. Quem vai pagar isso tudo também não tem dúvida: os patrões é que não são, pois a especialidade do Delfim é justamente beneficiar a eles com índices falsos para aumento de salários e repressão em cima de quem reclama. Basta ver como alguns patrões estão eufóricos (inclusive alguns jornais patronais) para saber o que nos espera. (MBS)

Fascista como seu sócia

O deputado Ernani Sátiro (Arena-PB), recebeu, aceitou e está fazendo o máximo para cumprir a inglória tarefa de castrar as tentativas de ampliação do projeto de anistia proposto pelo governo. Tem gente admirada, pela mesma sabendo que a especialidade da liderança arenista é a submissão, a função do sr. Ernani Sátiro é mesquinha demais. (RVN)



A democracia do MDB

Os trabalhadores que desejam construir um partido democrático no seu funcionamento têm no MDB um bom exemplo. Para não ser seguido, é claro. Em Cataguases, no interior de Minas, o presidente do diretório municipal do MDB se vale de expedientes escusos e arbitrários para afastar da convenção municipal uma chapa com propostas de trabalho de cunho mais popular. A chapa, encabeçada pela vereadora Joana D'Água Guimarães, já foi vetada duas vezes. Da primeira vez, sob a alegação de que os eleitores que faziam parte da mesma não estavam filiados ao MDB, apesar destes estarem filiados por força

de um recurso encaminhado à comissão executiva do diretório regional. E, depois, sob a alegação de que o registro da chapa teria ocorrido fora do prazo, mesmo tendo se negado a recebê-lo anteriormente. Além do uso e abuso das arbitrariedades, o presidente do diretório do MDB local, José de Arimatéia de Toledo, parece ter afinidades com o General Figueiredo pois não tolera "cheiro de Povo". Entre outras críticas que ele fez a vereadora está a de utilizar "o expediente pouco recomendável de inscrever gerentes simples no Partido". (Sucursal de Belo Horizonte)

Descoberto mais um na quadrilha Maluf

O sr. Eduardo José de Souza Priantli era um caloteiro bastante famoso, mas agora sua fama está aumentando ainda mais, graças a sua vigorosa cara de pau. Eduardo Priantli é o novo presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, cargo para o qual foi nomeado pelo governador trombadinha Paulo Salim Maluf. Tão logo assumiu a presidência da Caixa, Eduardo Priantli despediu a advogada chefe do setor de cobrança, que havia movido um processo contra ele exatamente por dívidas não pagas para com a Caixa. Na época de sua nomeação, Priantli havia tentado justificar seus inúmeros calotes afirmando ser pobre e que "não é crime uma pessoa passar por dificuldades financeiras". O homem foi mais além, afirmando que supunha "que estivessemos todos empenhados na construção de

uma democracia. Constatado que pelo menos alguns parecem interessados em formar uma plutocracia, onde só os ricos possam ter vez".

Quem escutava suas palavras sem dúvida haveria de ficar penalizado com o drama de um homem tão pobre e tão democrata, disposto a todo sacrifício para servir à administração pública. Mas o "pobre homem" acabou se desmascarando: na verdade não passa de mais um membro da quadrilha do bionco-trombadinha Paulo Maluf. Acontece que no início do mês foi publicada no Diário Oficial do Estado a declaração de bens do Priantli. O colitadinho tem somente em imóveis mais de 12 milhões de cruzeiros. Tem 8 casas em São José dos Campos, 2 apartamentos no Guarujá e por aí vai. Sem dúvida é um dos 40 ladrões do Maluf-Baba.

A senilidade parlamentar

A bancada da Arena na Câmara e no Senado estava toda escondida em seus gabinetes, na última quinta-feira. Acontece que era o último dia para a votação do projeto do Ministro da Educação, Eduardo Portela, que acaba com os Decretos-Lei 477 e 228. Na verdade não acaba, pois diz textualmente que "transfere aos códigos disciplinares das universidades a responsabilidade de aplicar as medidas necessárias à manutenção da disciplina". O projeto acabou não sendo votado, por falta de quorum e foi aprovado por decurso de prazo. A Arena resolveu não aparecer por que um deputado, da própria Arena, resolveu apresentar uma emenda que suprimia a proibição dos estudantes e organizarem suas entidades representativas a nível estadual e nacional. Assim, se a Arena aparecesse no plenário podia até acontecer que

o projeto do Ministro Portela fosse mudado.

O grau de senilidade e cegueira dos parlamentares chega até a espantar. Enquanto eles ficam se escutando em suas salas para que a lei continue proibindo que os estudantes se organizem, eles já passaram por cima dela há muito tempo. Todo parlamentar tem direito à assinatura dos principais jornais do país (mordomia paga pelo Congresso, é lógico), mas parece que eles não são muito dados à leitura. Afinal, todos os jornais noticiam a reconstrução da UNE — União Nacional dos Estudantes. Enquanto os estudantes estão se preparando para a eleição — livre — da diretoria da UNE, fica um bando de parlamentar resolvendo, junto ao MEC, proibir que se construa um negócio que está aí para quem quiser exercer. Parece coisa de quem não tem o que fazer.

convites

Carestia

Dia 26 próximo é Dia Nacional de Protesto contra a carestia e a alta do custo de vida. Nesse dia deverão acontecer manifestações públicas em diversas capitais e principais cidades do país. O Dia Nacional de Protesto contra a carestia está sendo organizado pelo Movimento Contra a Carestia. Em São Paulo o dia 26 vai ser marcado com um Ato Público, às 15 horas, na Praça da Sé.

Cinema

O Cineclube do Horto Florestal, no Rio de Janeiro, vai realizar uma mostra do Mês do Cinema Brasileiro. No próximo dia 17 será exibido o filme "Como Era Gostoso o Meu Francês" e no dia 24 o filme será "Vidas Secas".

As projeções serão realizadas às 18 horas e o Cineclube do Horto fica na Rua Pacheco Leão, 2040 — Horto. RJ.



zé pedro da silva Por um partido popular, democrático e amplo

Todo dia tem greve no Brasil inteiro. Mais do que nunca é necessária a construção de órgãos que unifique as lutas dos trabalhadores. E no trabalho de construção destes órgãos, a coisa está um pouco confusa. A própria esquerda está um pouco débil na condução do processo, embora estejam sendo feitos esforços para a superação disto.

Nos temos que defender, analisando bem a história do Brasil, porque aqui as coisas foram sempre feitas de cima para baixo (fazem as coisas e jogam para o povo), a construção dos organismos necessários para a unificação dos movimentos populares da cidade e do campo, a Central Única dos Trabalhadores e o partido.

Em cima disto, minha proposta, que é também a de um grupo de companheiros operários com quem discuto, é que devemos lutar intransigentemente pela democracia, que começa mesmo pela base. Na construção de um órgão político que represente os trabalhadores, a nível nacional, a primeira preocupação não é com a sigla, mas com a participação e decisão dos trabalhadores neste órgão.

Além da CUT, que centralizará as lutas sindicais dos trabalhadores, é preciso um partido político que represente todos os segmentos populares, que deve ter um projeto para a sociedade, da mesma forma que a CUT deverá possuir um projeto para o movimento sindical.

A linha política, assim como os estatutos e programa desse partido popular, em cuja construção a gente está trabalhando, deverá ser elaborada através de amplos debates em que participem todos os movimentos existentes. Para estes debates devem ser convidados não só os sindicatos, mas também as sociedades de moradores, movimentos de igrejas, estudantes, criando-se comissões representativas dos órgãos existentes. Dessa junção nascerá a estrutura do partido.

Hoje, dentro das articulações partidárias, temos o PTB e o PT.

Conhecendo um pouco o passado antes de 64, o que foi e o que representou o PTB na sociedade, como foi

sua atuação e quem eram suas lideranças (donos de fazenda), discordamos da maneira como ele está novamente sendo articulado. Embora os companheiros que defendem o PTB digam que não, a articulação está sendo feita novamente de cima para baixo, com as cartas marcadas. As mesmas lideranças populistas do passado formam hoje o PTB, que é, novamente, uma proposta de partido reformista.

Já os sindicalistas autênticos, no meu entender, cometeram um erro estratégico no lançamento do projeto do PT, da ideia. Parece que, em sua grande maioria, o pessoal sindicalista, que defende o PT, está querendo um Partido Sindicalista. Daí a grande dificuldade em abrir um amplo debate desse partido com as outras posições políticas. Discussão fechada dificulta uma proposta de maior avanço.

Eu me coloquei, quando do lançamento, não contra a articulação partidária. Questiono até hoje o modo como foi lançada a proposta, embora achando justo que o sindicalismo ultrapasse a antiga posição de não fazer em política.

Não está muito claro o significado da sigla PT, porque, no nosso entendimento a realidade não comportaria um partido que visa só o operariado. É preciso deixar mais claro o porquê da sigla, pois, embora quem articula o PT já aceita a participação de intelectuais, estudantes, autênticos do MDB, perguntamos: como ficam os pequenos comerciantes progressistas de esquerda? e os pequenos e médios camponeses progressistas de esquerda: são trabalhadores ou não? e o pequeno proprietário de oficina, com 3 ou 4 empregados?

Isto não está bem claro. Contudo, não sou contra o PT enquanto movimento. Defendo um Partido Popular que junte não só os trabalhadores assalariados, mas também a ala progressista e esquerda em geral.

Neste momento defendemos um Partido Popular, democrático e amplo, no qual estaria incluído todo o grupo que defende o PT.

Zé Pedro é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco



eduardo albuquerque Um programa socialista para a UNE

Hoje, é clara a necessidade de um partido de corte popular e estrutura democrática.

As várias propostas de organização desse partido, usam esse mesmo tipo de argumentação. Por que então falarmos de um partido que interessa aos trabalhadores e não sobre alguma das articulações que hoje estão se colocando para a nossa sociedade?

Ao nosso ver, o que deve diferenciar um partido popular, voltado para os interesses dos trabalhadores, é a sua metodologia de atuação e organização. Ou seja, a forma de como se pensa criar a estrutura desse partido; a discussão e formulação de seu programa; sua participação nos movimentos sociais e a interferência destes no seu interior, bem como a prioridade para a construção de organismos de base, garantia de dinamismo e democracia interna para o partido.

Partindo dessas questões, nos voltamos agora às duas articulações partidárias em maior evidência nesse momento: o PTB e o PT. Se analisarmos a proposta do PTB, veremos que ela renasce com o mesmo espírito caudillesco, tentando reeditar o velho populismo, agora sob a égide de novos compromissos, inclusive com a social democracia europeia. A sua prática cupulista e elitista permanece a mesma e não consegue romper com a própria condução dada pelo governo: articulações e conchavos de cúpula e a formulação de um programa, no interior de um gabinete. Resta-lhe agora dirigir-se às massas como seu grande protetor e condutor. E apesar de alardear um compromisso com o socialismo, seu programa não dá conta das grandes questões que estão colocadas e não avança para construção de uma sociedade socialista.

O PT, sem dúvida se coloca como uma proposta nova e bastante interessante, pois levanta a questão da participação política dos trabalhadores e parte para a proposta de um partido igualitário e voltado para os interesses dos trabalhadores. Seu erro principal até o momento: apoiar-se de forma muito estreita na própria estrutura sindical. Em decorrência desse fato, ainda não conseguiu assumir uma dimensão mais popular e deixa de

levar em conta, para sua estruturação, forças sociais e políticas de grande peso no atual momento político.

Está claro que um partido que se pretenda popular, tem obrigatoriamente que passar pelos sindicatos, mas tem também que contar com a participação das oposições sindicais, os movimentos sociais da periferia e diversos setores assalariados, bem como setores democráticos da pequena burguesia profissional e intelectual, assim como os parlamentares "autênticos" e "populares".

Tem que significar a unidade dos vários setores que lutaram e lutam pela queda da Ditadura, pela Anistia, pela Constituinte democrática e soberana, pela transformação e democratização da estrutura sindical, bem como a total liberdade e autonomia sindical. Tem que significar a unidade de forças políticas e sociais, com expressões e dimensões diferentes, mas que se batem pelo avanço da organização popular e que se propõem garantir e buscar a participação dos movimentos populares em seu interior. Com isto, poderá haver garantias de ampla democracia em seu funcionamento.

Assim, o PT foi e é uma iniciativa de peso e com grande grau de acerto principalmente porque além de levar para os trabalhadores uma perspectiva de participação política, acabou constituindo uma força organizada, capaz de fazer valer os interesses populares nas negociações que se entabularão para a formação do partido. Mas, tudo isto implica abrir-se à participação das bases, iniciando-se um processo conjunto com outros setores — que podem e devem compor esse partido — de discussão e organização das lideranças intermediárias, para que hajam garantias de que o partido que interessa aos trabalhadores possa realmente efetivar-se e conte com o peso dos movimentos populares em seu interior.

Eduardo Albuquerque (Duda) é da diretoria do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, entidade que faz parte da Diretoria Provisória da UNE — União Nacional dos Estudantes.



adalberto naschenweng Que partido interessa aos trabalhadores?

Discutir a UNE para nós da tendência centelha é discutir o próprio movimento estudantil. E três aspectos devem ser ressaltados: a importância da UNE como instrumento de unificação das nossas lutas; a democracia e a independência da entidade, que prestando contas não às "autoridades" mas ao conjunto dos estudantes deve ser controlada por eles, desde a base, na prática da democracia direta. E, finalmente, o rumo que devem tomar as lutas estudantis, pois sem ele, o movimento não conseguirá inserir suas lutas sociais em curso. É sobre este aspecto que gostaríamos de nos ater, contribuindo para o debate que se abre.

No nosso entender a UNE deve ter uma perspectiva que combine a luta anti-ditatorial com a luta anti-capitalista; um programa socialista. Achamos que todos os estudantes, grupos políticos e tendências estudantis preocupados em dar este rumo às suas lutas devem forjar e participar de uma FRENTE SOCIALISTA que seja uma das alternativas à diretoria da UNE. A construção do programa desta CORRENTE deve ser obra de todos que dela participem e deve ser feito de uma maneira aberta e ampla.

Já nos reunimos em Niterói (com a participação de várias tendências e grupos de estudantes) e de lá saiu uma publicação inicial da CORRENTE e pretendemos, ainda, incentivar debates organizados pela UNE além de criar um processo de definição do programa através de Convenções organizadas em cada estado. Assim, esperamos estar em sintonia com o espírito anti-cupulista que os estudantes demonstraram no XXXI Congresso da UNE, ao repudiar a proposta do "chapão".

Em primeiro lugar, porque nos preocupamos com a unidade do movimento. Unidade não como demagogia, mas como expressão e desdobramento daquela que os estudantes situaram claramente no XXXI Congresso da

UNE e nas suas decisões: na sua organização independente, na conquista de um ensino que sirva à maioria da população, na luta contra a opressão e a exploração, na solidariedade aos trabalhadores.

Em segundo lugar, porque hoje a polarização da sociedade cresce e isto exige um claro posicionamento nosso. A burguesia se unifica em torno do projeto das "reformas políticas", visando institucionalizar o regime e que não abre mão do aparato repressivo. Com o crescimento das lutas dos trabalhadores, fica claro a incapacidade do regime em atender aos reclamos populares de melhores salários, condições de vida etc e o papel da repressão a serviço dos patrões, garantindo a exploração dos trabalhadores. E os trabalhadores começam a forjar os seus instrumentos de luta, como as Comissões de Fábrica, a CUT, o PT etc. A opção é clara: ou estamos com os explorados na luta pela democracia, ou com os exploradores defendendo as "reformas" e as "aberturas".

Em terceiro lugar, porque a crise por que passa a universidade e o ensino superior mostra a necessidade de vincularmos desde já a sua transformação à transferência autoritária, de uma sociedade fundada na mentira e no lucro e não na plena realização das capacidades e potencialidades do homem.

Todos esses pontos mostram que para ser consequente, o programa da UNE deve mostrar que a superação das contradições dos estudantes com a ditadura na universidade da sociedade. Devemos intensificar, ao lado dos professores e funcionários, a construção de um projeto para a universidade, lutando para democratizá-la e para que ela se vincule crescentemente ao povo.

Em quarto lugar, porque a vida do futuro formado será uma vida de explorado. Hoje, o assalariamento das profissões universitárias é um dado. É o próprio desenvolvimento do capitalismo que joga o estudante e o futuro profissional para o lado não do patrão, mas como as-

salariado, para o do trabalhador. E o desemprego é uma realidade cada vez mais enfrentada pelos recém-formados.

E, em quinto lugar, porque o estudante tem em seu dia-a-dia inúmeras contradições que lhe entorpecem a vida. E a cultura, é a arte abafada, é a moral, são os costumes, os preconceitos que são parte de uma sociedade, no mercado de trabalho, na vida cotidiana, passam pela superação desta sociedade fundada na opressão e na exploração. Tarefa que será realizada pelos explorados e oprimidos.

O programa da UNE deve espelhar os anseios socia-

listas da juventude brasileira, já demonstrados no Congresso da UNE e colocar os estudantes como auxiliares deste movimento dos trabalhadores que cresce e amadurece no país.

Eduardo Albuquerque (Duda) é diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, entidade que faz parte da Diretoria Provisória da UNE — União Nacional dos Estudantes

adalberto Naschenweng (Beto) é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

EM TEMPO: um novo programa para a Frente Jornalística

No último dia 12 de agosto o Conselho Editorial e Administrativo - CEA - Editora Aparte S/A, responsável pelo EM TEMPO, voltou a se reunir. Dando curso ao que havia sido estabelecido em nossa última Assembléia Geral de acionistas, o CEA aprovou, dentre outras questões, um programa político editorial para nossa Frente Jornalística, desenvolvendo e atualizando o projeto básico de fundação do EM TEMPO, elaborado dois anos atrás. Este novo texto, publicado aqui na íntegra, passa a ser o marco de referência para nossa atividade jornalística.

1 — Conjuntura

a) A transição controlada

O processo de transformações institucionais moleculares posto em prática pelo governo Geisel e acelerado por Figueiredo teve como consequências mais relevantes o abrandamento da crise interburguesa que marcou os últimos meses de 1978. A estratégia aplicada pelos atuais ocupantes do poder permitiu uma reaproximação dos meios empresariais com o governo, uma estabilização de sua base político-parlamentar e uma recomposição da unidade das forças armadas, no interior das quais eram visíveis os primeiros sinais de divisão. Estes resultados favoreceram os projetos do governo de reformulação das condições de dominação capitalista contribuindo para a transição controlada da ditadura militar instaurada em 64/68 para uma forma de regime autoritário, no qual sejam asseguradas uma maior participação das frações burguesas e de suas representações políticas, guardando as FFAA uma presença menos visível no jogo político do poder. É evidente que todo este remanejamento do regime não se faz de forma linear. Encontra obstáculos no interior da própria base social e política do governo.

Estes obstáculos são vários. A grave crise econômica atual, faz mais difícil compatibilizar os interesses de todas as frações no novo projeto econômico que necessariamente deverá ser definido para garantir o prosseguimento das condições de acumulação. A reformulação partidária, um dos aspectos essenciais da transição controlada, pode acarretar uma certa fluidez na base político-parlamentar do governo, essencial no período que se abre. O que vem se somar também a resistências importantes nas FFAA às transformações hoje postas em prática (e anunciadas) na ordem institucional no país.

A todos estes problemas que se produzem no interior da base política do governo se somam os crescentes sinais de resistência do movimento popular.

b) O fortalecimento do movimento popular

A oposição à ordem ditatorial não mais apresenta aquele aspecto difuso do ano passado. Sua diferenciação corresponde à intensificação das lutas sociais e políticas no país e ao perfilamento no seu interior de posições de classe mais marcadas.

O dado mais expressivo de todo este período e que tem uma incidência decisiva sobre a atual conjuntura é a emergência de um movimento operário e popular forte e combativo, anti-patrão e anti-burocrático. Capaz não só de mobilizar-se por suas reivindicações específicas mas que além disso, vem buscando construir nestas mobilizações sua independência e autonomia frente ao Estado, que o atrela sindicalmente, e frente a todas as ideologias e forças que, em seu nome ou não, pretendem ter sua representação, mas que de fato se situam no campo burguês ou reformista em seus vários matizes.

O fato da esquerda revolucionária estar ausente da direção deste movimento chama a atenção para dois aspectos da conjuntura atual: de um lado a crise da qual a esquerda ainda não encontrou as formas de superação; de outro, por decorrência, a fragilidade destes movimentos de massa e o risco de degenerescência no rumo do reformismo.

O desenvolvimento destas explosões massivas nas quais tiveram um papel decisivo as oposições sindicais e outros setores combativos do sindicalismo, permitiu não só que os trabalhadores obtivessem vitórias, fortalecessem sua unidade e identidade, como permitiu também o surgimento de uma consciência, ainda que embrionária, classista. Os enfrentamentos dos operários do ABC e de outros pontos do país contra os patrões conduziram significativos núcleos de trabalhadores à conclusão de que a sua emancipação social política terá que ser obra deles mesmos ou não se produzirá.

Contrariamente aos que absolutizam a luta contra a ditadura, a realidade mostra que ainda não atingimos plenamente as liberdades políticas formais e as massas já querem ir mais adiante num programa de reivindicações dificilmente absorvível pelo sistema, principalmente nas condições atuais de crise econômica.

Por outra parte, o movimento operário foi capaz de irradiar seu exemplo de luta para o conjunto dos setores explorados e oprimidos da população: Suas lutas apresentam uma dupla significação ao mesmo tempo que indicam um caminho a seguir, mostram o embrião de uma nova vanguarda social que se perfila, um eixo fundamental em torno do qual a esquerda revolucionária deve se articular. A hegemonia operária deixa de ser uma referência doutrinária e, dia a dia, começa a ter uma significação concreta para o conjunto dos setores populares.

É evidente que estas lutas dos setores explorados e oprimidos têm ainda um caráter desigual e, sobretudo, não foram capazes de engendrar um projeto político nacional que expresse os interesses de seus protagonistas. A persistência desta situação representa um grave perigo para o desenvolvimento da própria autonomia e independência popular na medida em que o movimento pode vir a ser cooptado por projetos reformistas ou populistas que acabarão por atrelá-lo a uma dinâmica que não lhe é própria.

Neste particular são extremamente positivos e sintomáticos daquela autonomia, os projetos de constituição de um partido dos trabalhadores que, respondendo à tarefa tática atual de construção de uma frente classista, incluindo os trabalhadores e demais setores populares explorados contra a ditadura e o capitalismo, venham a pôr em marcha a alternativa política global destes setores que hoje demonstram uma grande capacidade de luta no plano reivindicativo. O fato de que estes projetos ainda sejam embrionários, muitas vezes marcados por uma visão estreitamente obreirista e até conduzidos de forma pouco democrática — presa às lideranças sindicais, fechando-se injustificadamente às oposições — não deve minimizar sua extraordinária importância como embrião ou pólo importante para a construção daquela frente classista. O dever de todos os que buscam enfrentar as tarefas democráticas na ótica dos trabalhadores é entrar neste debate, criticando, de dentro, as deformações obreiristas, as ambiguidades programáticas, a estreiteza ainda persistente de seus núcleos, contribuindo assim para que a discussão hoje aberta em torno à formação de um partido dos trabalhadores possa efetivamente chegar à altura das tarefas que a conjuntura exige dos trabalhadores e demais explorados.

2 — A significação da autonomia popular — Democracia e socialismo

A emergência destas lutas autônomas nos mais variados poros da sociedade brasileira, mas especialmente nos trabalhadores, tem uma significação não só imediata, permitindo uma direção mais consequente na luta

anti-ditatorial, como apresenta uma importância estratégica decisiva para todos os que, como nós, articulam a luta pela democracia com a luta pela construção de uma sociedade socialista.

Num momento em que as experiências socialistas em curso nos mais distintos pontos do mundo enfrentam graves deformações, comprometendo mesmo a imagem do socialismo, e permitindo uma nova ofensiva ideológica da burguesia, é fundamental sublinhar como a aparição das formas de auto-organização das massas é decisiva para garantir, ao mesmo tempo, os objetivos táticos democráticos e nossas metas estratégicas de construção de uma sociedade socialista, entendida como uma sociedade auto-gerida pelos trabalhadores.

Reforçar assim estas experiências autônomas das massas, defendi-las, generalizá-las, enriquecer sistematizar seu leque de reivindicações democráticas e anti-capitalistas, nos permite superar o fosso que muitos pretendem estabelecer entre estratégia e tática.

3 — A reordenação partidária

Os projetos de constituição de um partido dos trabalhadores, na medida em que se inscrevem na tática atual terão um lugar privilegiado em nossas preocupações políticas. Sua análise, seu reforçamento, o debate crítico das posições que se desenvolvem no seu interior, são de fundamental importância para a própria constituição da frente dos trabalhadores.

Esta frente, apesar de se gestar e desenvolver fundamentalmente a nível extra-parlamentar deve, no entanto, buscar explorar o nível parlamentar dentro da reformulação, ainda que restritiva, hoje em curso no cenário partidário institucional.

Caso a frente classista não venha a conseguir sua expressão institucional própria, será no entanto, a partir de seus critérios, que nos definiremos diante os projetos de reorganização partidária hoje em curso, lutando para a inserção da frente, como tendência ou fração, no interior daquele que mais se aproxime de seus objetivos.

De todo modo, a luta pela unidade do movimento operário e popular passa, hoje, pela defesa de uma plataforma de pontos de luta que são comuns aos setores mais consequentes da oposição democrática comprometidos com um verdadeiro projeto de supressão da ditadura e de eliminação de suas bases de sustentação. A frente classista, ou núcleo social e político que a defendem, como o jornal EM TEMPO, devem propor tal plataforma que, entre outros, abrangeria os seguintes pontos: ampla e total liberdade de organização política, partidária e sindical; anistia ampla, geral e irrestrita; o desmantelamento do aparato repressivo e punição dos responsáveis pelas torturas; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; fim do arrocho salarial e solução radical do problema da terra.

Ludo isto, entretanto, não nos afasta da tese central de luta pela ampla liberdade de organização partidária no país.

A tarefa de constituição de uma frente classista bem como sua expressão num instrumento partidário que venha a ser gestado nos espaços abertos na atual institucionalidade, não exclui, muito pelo contrário, iniciativas pela reorganização partidária de todos aqueles que lutam pela consecução revolucionária do socialismo e que, a partir desta perspectiva, se inscrevem nas lutas táticas da conjuntura atual.

4 — O papel do EM TEMPO

A crise hoje vivida pela imprensa alternativa não é uma crise de agonia. Ela traz em si virtualidades próprias de um período de transição, onde cabe redefinir o papel de seus veículos, entre eles o EM TEMPO.

Se é verdade que a grande imprensa avança no terreno até bem pouco monopolizado pela imprensa alternativa, abrindo-se a certos setores oposicionistas bem como a denúncias mais vigorosas do regime, no entanto, na medida em que a luta de classes começa a avançar também no interior da "abertura" e da própria imprensa enquanto empresa, a liberalização dos órgãos da burguesia começa a se "relativizar".

Neste quadro, o papel do EM TEMPO não pode mais ser tão somente o de "subsidiar a oposição" e em especial a oposição mais consequente, na luta pelas liberdades democráticas desde a perspectiva dos trabalhadores, como definimos na nossa fundação cerca de dois anos atrás.

A conjuntura avançou, precisou mais as tarefas do momento, e EM TEMPO deve se adequar. Achamos que nosso papel hoje é o de subsidiar a construção daquela frente dos trabalhadores contra a ditadura e o capitalismo.

Para tanto EM TEMPO não deve ter a pretensão ilusória de se tornar um semanário informativo de cobertura, a concorrer nesta faixa com os órgãos mais progressistas da grande imprensa. Definitivamente, hoje, não temos força e recursos para tanto. Nossa função é, selecionando alguns poucos fatos principais da semana, dar-lhes cobertura e debate profundos, indo além da superficialidade e progressismo com que são tratados pela grande imprensa, marcando por este meio a resposta política classista na conjuntura.

Para cumprir esta função principal da denúncia política de classe frente à opressão e a exploração o jornal deve, ao mesmo tempo, estimular e difundir as formas de organização autônoma das massas nas suas mais variadas experiências secundariamente o jornal também abrirá um debate teórico e ideológico de todas as questões referentes à construção de uma corrente revolucionária, hoje no país, incorporando para tanto também contribuições internacionais.

Recusando o papel de consciência crítica do movimento popular, EM TEMPO buscará aprofundar suas relações com as distintas frentes de luta social e política, e, em especial, com os trabalhadores urbanos e rurais, mas igualmente com os movimentos de bairros, com os estudantes, com as mulheres, com os negros e as minorias raciais, enfim com todos aqueles que se enfrentem com as manifestações diretas ou indiretas da ordem ditatorial e do sistema de dominação capitalista em nosso país.

Somente a articulação desta multiplicidade de frentes é que permitirá a constituição de uma nova hegemonia no país, a dos trabalhadores e de seus aliados. Nosso objetivo é o de estar presente em todos os momentos desta caminhada e de orientar nossa atividade editorial para melhor servi-la.

EM TEMPO abre-se assim, enquanto Frente Jornalística que é, ao lado dos trabalhadores, contra a ditadura e pelo socialismo, a todos aqueles indivíduos que, através de seu trabalho jornalístico, se inscrevem nesta mesma perspectiva de classe.

Trabalhadores, cuidado!

Economia agora é de guerra mesmo

As mesmas razões que levaram à saída de Simonsen impediram a entrada de Roberto Campos na Secretaria de Planejamento. De passagem pelo país em abril último, o embaixador brasileiro em Londres, conversando com jornalistas em Brasília, emitiu claramente sua opinião sobre a situação brasileira: "o Brasil está à beira do caos e da insolvência financeira". E adiantou a solução: "hoje não se deve partir para o desenvolvimento mas sim para a estabilização da moeda", arrematando com um catastrófico vaticínio: do jeito que as coisas vão indo, em breve o golpe virá certo; teremos reajustes salariais congelados em vinte por cento e, cortadas as liberdades virá a caça às bruxas.

Excluído Campos, pela sua cintura grossa frente à realidade da "abertura" e, igualmente, pela sua queimação como um entreguista de marca que seguramente viria manchar o populismo que Figueiredo vem ensalando, o caminho ficou aberto para Delfim.

é bom lembrar que foi ao lado de Delfim, então na Secretaria da Fazenda de São Paulo, que Figueiredo ingressou mais destacadamente no governo como comandante da Força Pública paulista no mesmo governo de Laudo Natel em 1966. Por outro lado é notório que Geisel — e junto com Golbery — detestava Delfim. Em 1974, quando o general escolhia sua equipe de governo, perguntou a um assessor íntimo o que fazer com Delfim. A resposta foi curta e grossa: "Ponha na cadeia; todo mundo vai entender porque; não precisa alegar nada. E ele só vai estranhar é porque demorou tanto." Consta também que, quando recebendo ministros do governo que findava Geisel conversou com Delfim, foi direto ao assunto querendo saber o que de fato se passava com os índices de inflação de 73. A audiência acabou subitamente em meio a altos brados de tempestivo general. Finalmente ao lado de vetar as pretensões de Delfim ao governo paulista em 74, é sabido que em roda íntima, o comentário do ex-presidente sobre o agora ministro do Planejamento era o seguinte: "o caso de Delfim nem 5 AI-5 resolvem".

"Nem 5 AI-5 resolvem o caso Delfim"

A escolha, realizada no último sábado em reunião fechada na Granja do Torto — onde estava ausente Golbery — denota claramente as diferenças que já começam a aflorar entre o esquema Figueiredo e o de seu chefe da Casa Civil. Aliás, tudo indica que a própria demissão de Simonsen, pegando de surpresa a Figueiredo que andava fora do Planalto em São Paulo, juntamente com Delfim a "fiscalizar" os preços de hortigranjeiros, foi uma manobra de Golbery tentando impor um fato consumado — a demissão — e a solução de seu esquema: Roberto Campos, notório preferido pelos banqueiros e que chegou a anunciar publicamente que "se convocados, irei". Mas Figueiredo pediu tempo, deu a volta por cima, adiou o desfecho e emplacou gente do próprio time.

Os antecedentes destas diferenças são vários. Antes de mais nada

De fato o negócio de Delfim é números. Calculista habilidoso, arguto, flexível e pragmático, ambiciosamente declarava ele a um amigo, em 74, quando partia para o "exílio" que lhe fora imposto na embaixada brasileira em Paris: "Você vai ver; ainda não precisarei de mim e me convocarão". E realmente, agora as motivações de grupo que reunem agora na equipe ministerial um vasto time afinado — Delfim, Andreazza, Eliseu Rezende, Rischbieter e Amauri Stabile, além de outros mais no segundo escalão — Figueiredo não encontraria senão em Delfim alguém capaz de lidar com um mínimo de respeito, disposto a tocar a economia para frente pisando fundo no acelerador acreditando ser esta a melhor forma de sair bem da curva recessiva.

E o novo ministro entrou para valer: já no dia do anúncio oficial

Fazendo do Secretário Geral no Ministério da Agricultura, Amauri Stabile, seu sucessor, substituindo a Presidência do Banco Central por gente de seu time, chefiando incontestavelmente a equipe econômica do governo e já anunciando reviravoltas na área, Delfim Neto assumiu a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ocupando o lugar de onde desalojara Simonsen. Desta forma Figueiredo tenta, numa cartada inesperada, sair do atoleiro de indefinições e agravamento da situação econômica em que se encontra já nestes 5 meses de governo. No entanto, os trabalhadores que se cuidem, pois para Delfim o negócio é números.

Por Flávio Andrade



Charge — capa de Opinião, n.º 11, de 1972

do convite, e antes mesmo da posse ele proclamava suas metas, opostas às de Simonsen, prometendo aumentar as exportações, crescer a economia mantendo a inflação, tabelando juros e intervindo no mercado financeiro, e se dizendo simpático à tese dos reajustes salariais trimestrais.

Simonsen, pareceu ao esquema Figueiredo significar a capotada certa. Assim, optaram pelo risco e o problema agora é como dosá-lo no ritmo das flutuações da conjuntura.

A curto prazo este esquema aponta para um acirramento das pressões inflacionárias em virtude do aumento dos gastos em certos setores econômicos de retorno mais rápido como agricultura e construção civil dentro outras. Mesmo de crescimento econômico dentro de um novo modelo que contorne em alguma medida os pontos de estrangulamento anteriores, a médio prazo pode-se recuperar o crescimento global e a estabilização da inflação. O que resta ver é se esta reestruturação é possível, sobretudo em meio à crise

mundial que tende a se agravar cada vez mais.

Para esta tentativa foram dados amplos poderes a Delfim. Fez seu substituto na pasta da Agricultura, colocará no Banco Central outra figura do time — Ernani Galves — e comenta-se que se Rischbieter não se afimar de todo será o próximo a dançar.

A ascensão de Delfim

A grande característica que no entanto faz de Delfim o homem ideal para a função é sua versatilidade política, coisa totalmente estranha a Simonsen. Desde a juventude, a ambição de poder marcou o filho de imigrantes italianos que aos 16 anos em São Paulo já trabalhava como boy na Gessy e ao mesmo tempo estudava contabilidade. Em seguida Delfim se torna professor na Faculdade de Economia e a partir daí aproxima-se da Associação Comercial de São Paulo onde mais tarde, em 1962, vem a participar da fundação do IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — que, na verdade, era um órgão ao mesmo tempo ideológico e conspiratório da burguesia paulista, e financiado diretamente pela CIA.

Por estar colado a Roberto Campos, que logo após o golpe se torna ministro do Planejamento de Castello, Delfim é em seguida premiado com a Secretaria da Fazenda de São Paulo. Daí ao Ministério da Fazenda do governo Costa e Silva foi só um empurrão, dado pelos amigos que bem soube cultivar em São Paulo.

Equilibrar-se no poder, mau caráterismo e oportunismo, não são nada estranhos a Delfim. Em 1968, quando ministro de Costa, articulava-se uma pressão imperialista contra as indefinições do governo, a partir do Council of Americas, entidade empresarial americana. Corria o boato de que queriam substituir Delfim por Simonsen o qual seria de maior confiança junto aos americanos. Procurado pelos "nacionalistas" Delfim combinou a contra-ofensiva. Mas para a frustração daqueles qual não foi sua surpresa quando dias depois surpreenderam-se com o próprio Delfim discursando numa reunião do Council, e mais, investindo com toda a fúria sobre os "nacionalistas". Hábil, Delfim conseguiu dar a volta por cima.

É o 3.º ministro que derruba

Derrubar ministros, como agora no caso de Simonsen não é novidade para Delfim.

A luz do AI-5 e do terror generalizado, ele conseguiu levar ao máximo seus feitos de tecnocrata, derrotando a três empecilhos: Albuquerque Lima, ministro do Interior no governo Costa e Fábio Yassuda e Cirne Lima, respectivamente ministros da Indústria e Comércio e da Agricultura no período Médici, quan-

do Delfim continuava à frente da pasta da Fazenda.

Uma vez, indagado sobre estas demissões, respondeu: "o governo é um ente essencialmente a-ético". E na mesma linha, posteriormente, em 1972, no auge do debate sobre a concentração de renda ao longo da década de 60, arrematou: "Eu sou ministro de 10 milhões de brasileiros; os outros 100 milhões são problemas para depois".

Esta marca de cinismo chegou ao ápice em 73, quando para apresentar os resultados de um "gran finale" de 7 anos no poder, Delfim na maior cara de pau, fajuto os índices inflacionários do ano, forçando-os a 12,6 por cento enquanto que na realidade eles estouravam na casa dos 24 por cento.

Este fato, juntamente com a farta corrupção acumulada ao longo dos 7 anos, valeu-lhe as inimizades de Geisel bem como da linha dura. Esta aliás, em 67, chegara a ameaçar Delfim de prisão a partir de um relatório elaborado por Médici, então chefe do SNI de Costa, sobre as transas do ministro.

Desprezado assim por uns e outros foi que ele partiu em 74 para Paris. Mas lá não ficou por menos. O caso do relatório Saralva, apontando minuciosamente as propinas que Delfim recebia na Europa dos banqueiros que transacionavam com o Brasil chegou a ser patente, o bastante para não ser levado à publicidade.

E então?

Com um currículo desta ordem, a reação da oposição diante da indicação de Delfim para a chefia da economia não poderia ser outra. Para Luis Inácio da Silva, o Lula, a nomeação "até parece uma provocação, pois em 73 ele lesou os salários dos trabalhadores, causando um prejuízo de 34,1 por cento para os metalúrgicos do ABC".

Mas a habilidade e desenvoltura do ministro não têm limites. Quando retornou da Europa no ano passado ele chegou até a se encontrar com o próprio Lula. Era um momento em que Delfim tentava posar de social democrata ou "socialista fabiano" para barganhar com alguma força seu ingresso no novo ministério. E parece que neste encontro ele se saiu razoavelmente bem, pois é o próprio Lula quem fazem a agora em companhia de perto e cobrar de Delfim os compromissos que nesta época assumira em termos de respeitar o direito de greve e as negociações coletivas.

Mas não se iludam, pois se há um ponto em toda a trajetória de Delfim onde ele sempre foi operante é no seu faro de classe. Nisto, e somente nisto, ele é intransigente, filosófico até. E se agora a situação requer jogo de cintura, em alguma medida também junto aos trabalhadores, no entanto, este jogo não chega sequer à mera reposição dos números de 73 que são, no fundamental, o negócio do novo ministro.

Simonsen: as razões da queda

Aquele que se debruçasse hoje sobre os livros "Brasil 2001" e "Brasil 2002", de autoria do professor Mário Henrique Simonsen no começo da década atual, seguramente encontraria algumas pistas para atender a súbita demissão do ministro.

Simonsen estava fora de lugar, na atual Secretaria de Planejamento. A visão de toda uma escola de pensamento econômico no Brasil, que vem desde Eugênio Gudin, passando por Roberto Campos e chegando atualmente a Simonsen e por demais simplista e cruamente anti-popular para os tempos de um ensaio de "transição democrática".

O fundamento da crítica do ex-ministro à economia brasileira pré-64 está no que ele chama de "distributivismo demagógico", próprio de um clima de liberalidade excessiva no plano político que terminava por levar o governo a ceder continuamente às pressões eleitorais correntes: aumentos salariais, reformas sociais de fundo, nacionalismo, estatizações etc. Por aí vinham em decorrência a inflação, os déficits permanentes, o refluxo do capital estrangeiro e a estagnação.

Em contrapartida, cantando as glórias da economia pós-64, as teorias do professor Simonsen exaltavam o clima de "racionalidade econômica" que tomou o lugar da demagogia: "salariares compatíveis com a capacidade distributiva da economia, modernização da estrutura produtiva e es-

tatal, pragmatismo no trato do capital estrangeiro e, por decorrência, o "milagre".

O mantiqueísmo tecnocrata

Desta matriz ideológica de superficial coerência lógica e fácil manuseio, é que brotou e se desenvolveu toda uma corrente de tecnocratas da "Revolução" que veio se vestir como uma luta à condução e legitimação da política econômica pós-golpe. O último grande anseio do grupo, no terreno ideológico, se deu quando da discussão sobre a concentração de renda entre 1960-70. Os dados do censo de 70 não davam lugar a dúvidas sobre os efeitos do arrocho salarial e, neste sentido, a escola dos tecnocratas saiu a campo com sua teoria do bolo que não poderia ser prematuramente distribuído sob pena de impedir a fermentação para as gerações futuras. O humor negro desta "teoria" chegou a níveis dantescos na época.

Mas com a crise do "milagre", a eficácia gerencial dos tecnocratas ficou posta a nu. E mais: agora, quando dos tempos da abertura, com o próprio general presidente ensaiando seu apelo demagógico, a eficácia ideológica do grupo também não dá mais mostras de serventia. Alguns setores da escola, como os capitaneados por Delfim Neto, tentam dar a volta por cima. Não é à toa que Delfim chega da Europa no final do ano passado declarando-se "socialista fabiano".

Mas a tecnocracia, enquanto supra-sumo gerencial e ideológico passou assim como o próprio período das vacas gordas e ficou para trás.

Qual a nova política?

Se o carro vai rolar precipício abaixo ou não, esta é uma questão para a qual ainda não há resposta. Mas o que importa destacar é que esta é a política econômica que se afina com o projeto de "abertura" deslançado por Figueiredo. Breocar a coisa como pretendiam Golbery e

Simonsen virou um mero tesoureiro

A trajetória de Simonsen no atual governo foi marcada pela ambiguidade. As vezes, envolto no manto de César, aparecia como super-ministro; noutras ocasiões, vestindo uma surrada capa de arlequim se apresentava como simples assessor presidencial. Na verdade, estas oscilações refletiam a luta travada entre duas correntes no âmbito ministerial pela conquista da direção da política econômica.

É cada vez mais evidente que o governo Figueiredo está empenhado em combinar em forma menos desequilibrada o chicote com a persuasão. Os principais inspiradores dessa política parecem convencidos que a forma mais segura de garantir o poder e dar maior estabilidade à dominação burguesa, é organizando alguma forma de consenso e ampliando a base de legitimação do próprio governo.

Iniciativas como o projeto de anistia, a reformulação partidária, as promessas de eleições diretas para governadores, a eliminação de alguns mecanismos repressivos mais evidentes são expressões dessa política, e se combinam com propostas no plano econômico de indisturável perfil populista.

O fato de que estas iniciativas tenham lançado a oposição na defensiva, reduzindo bastante seu campo de manobra não pode ser examinado agora. Fica para outra ocasião. No

Simonsen

Os tecnocratas e a luta de classes

Há tempos atrás o ex-ministro Mário Henrique Simonsen declarou que a fórmula de reajustes salariais que elaborara para o governo Castello Branco, instituindo o arrocho "substituiria a luta de classes por uma simples solução matemática". Mas ao que tudo indica, foi agora a luta de classes que esteve no pano de fundo da queda do Ministro. Depois de 5 anos, 4 meses e cinco dias de pancadas, o torturador-mor dos trabalhadores brasileiros — assim designado pelo deputado federal Alceu Collares do MDB — parece que desistiu da matemática e bandeou para o misticismo deixando no ar um consolo final para os brasileiros: "só um plano de Deus pode resolver o problema".

Por Paulo Sandroni

quanto, vale a pena assinalar que nenhuma proposta no campo da política econômica — energia, agricultura, salários, habitação — mereceu devida atenção e muito menos propostas alternativas calçadas nos projetos oposicionistas. Ao contrário, conflitos e as contradições que tais posturas causaram ao aprofundarem, se desenvolveram exclusivamente no âmbito da própria equipe ministerial e entre setores empresariais indústria, do comércio, e dos ban-

dos tradicionais". Mas é inegável também que um tipo de proposta como essa — mesmo passando sobre o cadáver de um combativo operário da construção de Minas — granjeia ao ministro alguma simpatia e quem sabe um embrião de cienteia entre os próprios trabalhadores.

Por outro, o ministro Andreazza propõe um ambicioso plano de construção de casas populares, rebaixando os tetos para pagamentos de quotas e facilitando o financiamento, "descapitalizando" o BNH e, em última instância, o próprio governo. Finalmente o ministro da Agricultura propõe preços mínimos bastante generosos para os principais produtos agrícolas. Embora isso se traduza em otimismo entre os agricultores o que pode resultar tanto numa safra agrícola maior — neutralizando em parte a especulação e estabilizando preços no futuro — como em maior apoio político-eleitoral ao governo inegável que essa iniciativa também traz pressões inflacionárias a curto prazo.

Aparentemente, nenhum desses projetos passou pela mesa de Simonsen, para ser "coordenado" com os demais. Além disso, a repentina supressão do depósito compulsório para viajantes — inútil invenção do ex-ministro — e uma tumultuada reunião com parlamentares arenistas, deixaram claro ao dr. Mário Henrique que o melhor a fazer seria voltar a escrever livros sobre microeconomia.

Acelerar na curva para não derrapar

A indicação de Delfim Neto para o ministério do Planejamento significa a vitória da linha de "acelerar na curva para não derrapar", isto é, de combater a inflação sem causar uma recessão pronunciada. Além disso, a transferência do capital financeiro no reino da especulação e dos juros elevados (facilitadas pelas vistas grossas do ex-ministro) não desaparecerão por decreto. Não seria essa "cobertura" proporcionada por Simonsen aos setores financeiros nacionais e internacionais, o que lhe dava tanto encanto para que muitos insistissem em sua permanência no governo?

É possível que uma melhor coordenação da política econômica somada a certo prestígio que Delfim Neto tem nos meios financeiros internacionais, possam "tranquilizar" por algum tempo nossos credores externos. No entanto o que parece ser mais complicado é estimular a agricultura e ao mesmo tempo sustentar elevados níveis de expansão industrial, sem dobrar a resistência do capital financeiro e disciplinar sua tendência a abocanhar a maior parte do bolo de exploração. Se isso não for possível, provavelmente a expansão da agricultura será combinada com uma quebra no ritmo do crescimento industrial e de toda a economia. Para ficar com o melhor dos dois mundos, talvez fosse necessário algo mais que um simples manto de César...

ESTRANHOU TU SENTINDO UM CHEIRO DE LIBERDADES DEMOCRÁTICAS?

AHA!

...É A MINHA ASSINATURA DO "EM TEMPO!"

Assine EM TEMPO e receba Liberdades Democráticas em casa toda semana

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

CNPJ _____ Cidade _____ Estado _____

Desloque uma assinatura: ANUAL C\$ 800,00 Exterior ANUAL US\$ 90,00

SEMIANUAL C\$ 350,00 SEMIANUAL US\$ 50,00

Envie enviando o cheque em nome do Editor. Apart. 5/A

Rua Mateus Gódi, 97 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 933-8880

Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS.

Funcionários de Belo Horizonte

O governo estende a mão: repressão aos grevistas

A mão de Figueiredo segura o taca-pe de novo: 36 feridos, o saldo da greve dos funcionários municipais de Belo Horizonte. Duas mil pessoas marcham sobre a Prefeitura, aos gritos de "Francelino assassino". (Por João Baptista dos Mares Guia)

da greve através de feitas matérias pagas na imprensa. A linha de ação é a de sempre: "A greve é de uma minoria. Tudo está funcionando normalmente. Já demos aumento e abono. A população será prejudicada. A lei será aplicada. É proibida a greve em serviço essencial". O prefeito não tem razão: o prédio central está todo parado. A Superintendência de Transportes parou. A Secretária de Saúde também está parada, e o Departamento de Parques e Jardins não funciona. Os covetes entram em greve e são substituídos por funcionários da Santa Casa. As professoras municipais apoiam a greve, mas continuam a trabalhar, assim como os garis, que apoiam, mas trabalham. Eles e as professoras acabavam de sair de duas greves, vitoriosas.



A provocação policial: Grevistas espancados

Belo Horizonte, 14 de agosto, 5h30m da manhã. O piquete formado por 100 operários braçais e funcionários administrativos da Prefeitura de Belo Horizonte se reúne para dar início à distribuição de boletins. O cordão de isolamento separa os policiais armados de metralhadoras e cassetetes tamanho família, do piquete que passa em direção à Superintendência Municipal de Transportes (SMT). Nesse local, outro aparato militar está montado. Um grupo de civis trajados como operários está parado em frente à SMT. O piquete se dirige a essas pessoas. De repente, começa a agressão: policiais disfarçados de trabalhadores, armados de cabos de vassoura, bastões de madeira e de cassetetes e sob risadas da Polícia Militar investe contra o piquete. Em poucos minutos, 36 pessoas ficam gravemente feridas, uma delas, o operário braçal Juscelino Tinoco, 38 anos, sofre traumatismo craniano. É levado ao Pronto Socorro. O EM TEMPO esteve no local, o repórter trajado de branco, passando por médico, tem acesso à sala onde na porta se lê: Observação — masculino — proibida a entrada. O "médico" entra na sala, introduz a fotógrafa, simula a consulta e documenta o fato com fotografias. A cama onde está Juscelino é um contraste: o branco com o vermelho do sangue que sai do ouvido da vítima. Maurício Campos, o prefeito, satisfazia sua vontade. De Brasília, no sábado, veio a ordem: repressão a qualquer preço em Minas Gerais. Nesta mesma terça-feira, o governador Francelino, por seu turno, se municiava de plenos poderes para decretar estado de emergência. A ordem é clara: greve nos serviços essenciais não devem ser toleradas. Assim, os braçais e os funcionários da Prefeitura Municipal de BH começaram cedo a pagar o pato. Feita a repressão, o governador oferece a negociação: pressiona diretamente o prefeito para que o abono salarial, concedido em maio fosse transformado, agora, em aumento registrado em carteira. Sem dúvida, isto configura uma vitória da greve. Deflagrada na sexta-feira, ofereceu o fim de semana à ação do prefeito Maurício Campos que, através da imprensa, desencadeou uma milionária campanha de terrorismo psicológico sobre a população. As vítimas eram os grevistas. Na segunda-feira, a greve foi furada parcialmente. Na terça-feira, sob a ameaça de demissão e repressão, a maior parte do pessoal administrativo compareceu para trabalhar. No entanto, o ato público pela anistia ampla, geral e irrestrita, programado pelo CBA/MG para as 18 horas dessa terça-feira, transformou-se de fato num grande comício e passeata pela libertação imediata dos grevistas da Prefeitura. Duas mil pessoas concluíram a marcha em frente à Prefeitura sob o grito de "Francelino assassino" e "Maurício Campos Assassino" e "Libertem nossos presos". Trezentos funcionários da PBH participaram do movimento e prometem: na quinta-feira, libertaremos nossos presos e arrancaremos o aumento do bolso do prefeito assassino.

Divinópolis

Nunca se viu uma guerra assim

Parar primeiro e reivindicar depois, a tática dos 2.100 trabalhadores da Siderúrgica Pains, em Divinópolis, MG, cidade operária, a 100 quilômetros da capital do Estado.

Os carreteiros de carvão vegetal ganharam a parada contra as siderúrgicas. A greve dos caminhões terminou na segunda-feira. Os patrões do gusa e do aço pagaram a partir de agora 400 cruzeiros por metro cúbico do carvão. Estacionados na BR-040, no trecho de Sete Lagoas (MG), 3 mil caminhões carregados com carvão ameaçavam paralisar completamente as 12 siderúrgicas gusteras de pequeno porte sediadas em Sete Lagoas, as siderúrgicas de Itama e Divinópolis, no Oeste de Minas, a Mannesmann, a Belgo-Mineira e a Cimetal.

Agora o aço é que se cuida. Os metalúrgicos de BH e Contagem já começam a esquentar os motores da campanha salarial marcada para 1.º de setembro. A Brafer, TOSHIBA, Nansen e RCA já pararam. Enquanto isso, em Betim, os patrões italianos e os alemães começam a se desesperar com o fracasso de sua manobra. Encheram os depósitos da Fiat e da FME, estimularam a deflagração de uma greve em junho, e fracassaram. Os operários perceberam a jogada, seguraram a greve, e foram em frente com a operação tartaruga para esvaziar os pátios. A campanha salarial começa em 7 de setembro, junto com BH e Contagem. Val dar greve na cabeça, e dessa vez bem organizada.

Em Lafaiete e José Brandão os metalúrgicos já estão em greve, incluindo o exemplo do pessoal de Barão de Cocais, que parou no início do ano, seguindo o exemplo dos vizinhos metalúrgicos de Monlevade.

O ciclo metalúrgico Por enquanto, no setor metalúrgico, que inclui as siderúrgicas, as greves estão pipocando e dispersas. Mas no sábado à noite, Divinópolis deu início ao que se pode chamar de ciclo das greves metalúrgicas em Minas. 2.100 operários da Siderúrgica Pains (capital alemã) passaram por cima de data-base e dos conchavos do sindicato pelego e sal-

Eleito o comando de greve

Rapidamente foram formuladas algumas reivindicações. O comando de greve foi eleito na hora. Dall saiu a passeata pela cidade de Divinópolis em direção à fábrica Pains. Formados os piquetes, a adesão foi total. "Até que enfim já estava demorando", era o que mais se ouvia. Quem não estava no trabalho, no turno, soube da greve e saiu de casa para aderir aos piquetes. Os patrões, pegos de surpresa, lançaram a operação "fura-greve". E' inédito: patrão foi fazer comício para os piquetes, em frente à fábrica, tentando acabar com a greve. A contribuição do experiente João Paulo ajudou o piquete a se firmar. No desespero os patrões despediram todos os membros do piquete e, em seguida, voltaram atrás e reconheceram o comando de greve, do qual receberam o comunicado sobre as reivindicações.

Parar primeiro

O sindicato pelego a essa altura era um peso morto até para a empresa. "O sindicato somos todos nós", gritavam os operários. Assim se firmou a receita de Divinópolis: com pelego e patrão unidos, nada melhor que parar primeiro para reivindicar depois. No sábado à noite Divinópolis, cidade basicamente operária, a 100 km de BH, população de 90 mil habitantes, 6 mil metalúrgicos, 4 mil ferroviários, têxteis, artesãos, trabalhadores rurais, reviviu o bom tempo das grandes greves. Antes eram os ferroviários que puxavam a luta. Agora são os metalúrgicos. Na manhã de domingo já não havia dúvida: a greve estava consolidada. O sindicato será conquistado pelos trabalhadores. Era mais uma greve em Minas. Dall vai começar o ciclo das greves metalúrgicas de '79, no Estado! E' como na teoria do domínio: greve em Divinópolis (que será geral na cidade), é greve em Itama (vizinha), que estimula e coincide com a época de lutas em Betim, Contagem e BH, onde haverá greve geral metalúrgica. Nessa mesma época começa a campanha dos metalúrgicos da Belgo de Sabará e Monlevade. O Vale do Aço (Usiminas e Acesita) é que se cuida.

Porto Alegre

As greves chegam às ruas

As greves saem às ruas de Porto Alegre: 90 mil trabalhadores da construção civil cruzam os braços, realizam assembleias e enfrentam a polícia. Motoristas também aderem (sucursal de Porto Alegre)

A fome e a impaciência diante do agravamento de suas condições de vida desencadearam, espontaneamente, a greve dos trabalhadores da construção civil de Porto Alegre, que não quiseram esperar até a assembleia do sábado, dia 18, marcada para discutir o novo aumento salarial: os 55 por cento recebidos em junho foram considerados insuficientes pela categoria, que reúne 90 mil trabalhadores na capital do Rio Grande do Sul.

A paralisação começou na segunda-feira, quando 1.000 operários que trabalhavam em obras de construção de casas populares na Vila Restinga, um dos bairros mais pobres da cidade, resolveram cruzar os braços, iniciando, ao mesmo tempo, uma marcha até o tradicional Parque da Redenção, onde realizaram uma assembleia com a participação de duas mil pessoas. Além de formar um Comando Geral de Greve, alternativo à diretoria pelega do sindicato, que logo "dedurou" a "infiltração comunista no movimento", os pedreiros gaúchos criaram um fundo de greve, ao mesmo tempo em que assistiam, nessa primeira assembleia, a prisão de três pessoas que apoiavam o movimento, entre eles Firmo Trindade, da coordenação regional do Partido dos Trabalhadores.

O único saldo positivo da assembleia de segunda-feira foi a convocação de outra, na terça-feira, 14, no Estádio dos Eucaliptos, antigo campo do Internacional.

Praça de guerra

Como nos melhores tempos, 10 mil trabalhadores compareceram ao velho estádio onde, logo no começo, repudiaram a diretoria do sindicato, transferindo para o Comando Geral da Greve a direção da assembleia. Aprovaram, ali, a criação de uma comissão de negociações composta por 7 membros (cinco eleitos pela assembleia e dois da diretoria) decidindo, ao mesmo tempo, declarar-se em assembleia permanente, até que suas reivindicações — aumento de 100 por cento sobre os salários atuais (Cr\$ 25,00 a hora para os pedreiros e Cr\$ 10,00 para os serventes) — fossem atendidos.

A assembleia terminou às 15.45 horas, com os pedreiros aprovando uma passeata até a Praça da Matriz, fronteira ao Palácio do Governo a 2,5 quilômetros do local da assembleia. Mas, enquanto contavam com a simpatia da população e com a adesão crescente de um número significativo de pessoas, os grevistas esbarrraram numa verdadeira muralha humana, composta por 800 "Pedro e Paulo" (nome com que são designados os soldados da Brigada Militar), chamados pelo governador Amaral de Souza para protegê-lo.

As 21 horas a situação ficou mais calma: o Comando de Greve obteve do governador Amaral de Souza a promessa de que os presos seriam liberados na quarta-feira, pela manhã. Ao mesmo tempo em que marcava outra assembleia geral, na quarta-feira.

Piso salarial de Cr\$ 8.400,00, para os motoristas, Cr\$ 5.350,00 para os largadores e fiscais e Cr\$ 5.200,00 para os cobradores, eleição do delegado sindical, com imunidades com duração até dois anos em cada empresa foram algumas das reivindicações dos trabalhadores em transportes coletivos, de Porto Alegre foram alguns dos pontos de luta aprovados na assembleia geral do sindicato da categoria, na terça-feira, dia 14.

Convocados inicialmente para discutir a lei de trânsito, os trabalhadores acabaram transformando o caráter da assembleia sindical. Antes disso, os três mil participantes foram barrados pelo presidente do sindicato, Otelo Oliveira, que só permitia a presença de sindicalizados em dia com 100 mensalidades (pouco mais de 100 pessoas), que, assim mesmo, acabaram por alastá-lo da direção da mesa. Fixaram, ademais, um prazo até as 24 horas para que os patrões atendessem às suas demandas. Como a resposta não surgiu até aquele horário, a alternativa não foi outra que a greve.

Motoristas

A atuação da Brigada Militar sofreu repúdio da população que, do alto dos edifícios, jogava objetos em cima dos soldados, indiferentes também à forte concentração de tropas da Polícia Especial do Exército na zona central de Porto Alegre e que só seriam acionadas caso os "brigadianos" perdessem o controle da situação.

Bancários de Minas em greve

"Dinheiro de patrão, só sai com pressão"

Os banqueiros tentaram intimidar a categoria. Campanha pela imprensa para desmoralizar suas reivindicações, chamando-as: "inadequadas e inviáveis". Pressões de toda a ordem. O governo ameaça os funcionários públicos com a Lei de Segurança Nacional, o que deveria servir de recado para todos os trabalhadores. Os 16 mil bancários de Belo Horizonte param os bancos. Entram em greve e saem em passeata pelas ruas da cidade. (Por Juarez Guimarães)

Nesta terça-feira, três mil bancários deflagraram a primeira greve geral da categoria, em Belo Horizonte, nestes últimos dez anos. A decisão da greve culminou todo um trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido há vários meses, combinando manifestações, passeatas, assembleias e organização da base através de comissões de banco. Terça-feira foi um dia de grande tensão na cidade e especialmente para os bancários. Já pela manhã, eles podiam ler, nos principais jornais da cidade, um comunicado do Sindicato dos Bancos de Minas Gerais qualificando as reivindicações da categoria (salário-mínimo de Cr\$ 7.140,00), como "inadequadas e inviáveis". E foi ingenuamente ao nascer do dia que a polícia dissolveu com uma violência inusitada um piquete dos funcionários de Prefeitura, fato interpretado por muitos como uma ameaça evidente a essa nova greve. Nos bancos, ao correr da tarde, redobram as pressões dos patrões e gerentes, generalizando as ameaças e passando listas onde os funcionários deviam se comprometer a não participar do movimento grevista. Entretanto, às 17.00 horas, constatado o clima favorável à paralisação na maioria dos bancos, os patrões enviaram ao sindicato um pe-

dido de três dias de prazo para oferecerem nova contra-proposta, numa manobra clara de esfriamento e desmobilização.

Uma hora antes da assembleia, marcada para as 18.30, a comissão de mobilização, onde se concentra a direção do movimento, diante dessa manobra dos patrões, do fato desta quarta-feira impor um compasso de espera à greve por ser feriado, e da necessidade de se dar um prazo para a mobilização crescer nos outros Estados optou pela manutenção da ofensiva na organização nos bancos e pelo adiamento da paralisação para a próxima segunda-feira.

A sorte do confronto

Acabou prevalecendo, no entanto, o estado de ânimo dos milhares de bancários presentes à assembleia. E a massa explodiu quando após mais de doze intervenções no "meio-de-campo", um membro da comissão propôs, com voz clara e segura, o início da greve. Ao final da noite, a população de Belo Horizonte ouviu nas ruas da cidade coro de milhares de bancários gritando os refrões: "você já sacou? a greve começou", "dinheiro de pa-

trão só sai com pressão" e "bancário unido/jamais será vencido".

Em Belo Horizonte, existem 16 mil bancários espalhados por 172 agências de 44 bancos. E ninguém duvidava que esta é uma das greves mais difíceis por exigir uma organização, ao mesmo tempo sólida e espraçada nas dezenas de estabelecimentos e por se defrontar com um dos setores mais poderosos da burguesia. Os banqueiros sabem o quanto de incentivo uma greve vitoriosa em Minas teria sobre as bases da categoria em outros Estados e jogarão todo o seu peso para derrotá-la. Contam além do acesso fácil e abundante na imprensa, com a possibilidade inicial da decretação da ilegalidade da greve com base no Decreto-lei 1.632 e, certamente, com a polícia na porta das agências para neutralizar os piquetes.

Se isto é verdade, é certo também que esta greve é a mais preparada e melhor organizada dessas que ocorreram e estão ocorrendo em Minas. Já no final da noite de terça-feira, seiscentas pessoas trabalhavam diretamente envolvidas na organização da greve, mais de quinze comissões de banco foram forma-

das e um amplo trabalho de conscientização da população já havia sido feito durante toda a semana anterior. A menos que haja intervenção, a greve conta ainda com uma razoável infra-estrutura material e de imprensa do sindicato.

Mais além da sorte imediata da greve, generalizada a convicção de que cada nova greve — essa em especial por bolir com enormes massas de trabalhadores e com um dos "monstros sagrados" da ditadura, a burguesia financeira — pode ter consequências maiores na conjuntura política do país. No jornal de maior circulação do Estado, o editorial sugere que "do Planalto, é fácil concluir a esta altura, que em muito vai depender a paz social do País nos próximos anos do que está acontecendo em Minas" e conclui: "Quando até a esquerda, sempre considerada beneficiária das agitações provocadas pelo conflito de classe, se mostra temerosa diante do espontaneísmo da situação mineira, o que dizer dos temores ainda ocultos nos gabinetes governamentais de Brasília? Policiais à paisana, armados de cassetete e pedras, fraturaram o crânio de Juscelino Tinoco.



por Marco-Aurélio Garcia

Quem é quem na esquerda brasileira

Em **TEMPO** começa esta semana sua **CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA**, tentando oferecer uma visão global e sistemática do conjunto das organizações existentes desde 1960 a té nossos dias: Nossa preocupação foi a de reconstituir esquematicamente o intrincado quadro de partidos, grupos e movimentos que emergiram, se desenvolveram e, em muitos casos, desapareceram neste conturbado período de nossa história.

Para reconstruir este complexo labirinto, em sua generalidade, o tratamento teve de ser necessariamente sintético, não sobrando espaço para precisões e matizes que se impõem normalmente a fim de que a compreensão dessa problemática possa ser aprofundada. Nos próximos capítulos supriremos, nos limites objetivos que tal trabalho apresenta, estas lacunas expressas no esquematismo do organograma que elaboramos e nas breves indicações para caracterizar cada uma das organizações.

Todo compromisso com a história é um compromisso com a política e, por esta razão mesmo, com a verdade. Nossa contribuição não será feita na perspectiva de arquivista ou naquela de colocar no "mercado jornalístico" um "produto" para o qual há muita "demanda". Nós sabemos que esta "demanda" existe, mas conhecemos a sua significação política.

As novas e velhas gerações sentem a necessidade de enfrentar e/ou confrontar-se com seu passado para melhor compreender e agir sobre o presente.

CONHEÇA AS ORGANIZAÇÕES

Para acompanhar a "árvore genealógica" da esquerda brasileira, aqui estão, em curtos verbetes, apresentados em ordem alfabética, algumas informações sobre quando surgiram, de onde vieram, que linhas defendem ou defenderam e de modo muito geral, o que fazem agora.

Ala Vermelha
Cisão do PC do B. Muitos de seus animadores haviam estado na China, onde foram sensibilizados pelas posições da "Revolução Cultural" em curso a partir de 1966. A Ala criticava o "dogmatismo" e a "ortodoxia" do PC do B. ao mesmo tempo que pregava a luta armada combinada com um trabalho de massas. Muito atingida pela repressão, ela praticamente desapareceu, ainda que existam grupos que reivindicam uma certa continuidade com ela.

ALN/ Aliança de Libertação Nacional

Importante dissidência do Partido Comunista Brasileiro, liderada por dois de seus ex-dirigentes, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Seu programa de libertação nacional não representa uma ruptura com o essencial das posições do PCB ainda que sua estratégia de luta armada fosse um traço distintivo em relação ao Partido. Reivindicando as teses sobre as virtualidades do "foco" guerrilheiro, a ALN foi provavelmente a organização que adotou em forma mais radical as posições defendidas pela OLAS (Organização Latinoamericana de Solidariedade) em cujo congresso — em Havana — Marighella participou. Uma de suas referências básicas eram igualmente os escritos de Régis Debray, particularmente "Revolução na Revolução", onde este expõe suas teses sobre a luta armada guerrilheira. Alvo de uma repressão que custou a vida de dezenas de seus militantes, inclusive as de Marighella e Câmara Ferreira, a ALN iniciou um penoso balanço político de sua experiência, dificultado pelo caráter federado de sua estrutura. Círculos se formam e os remanescentes, muitos dos quais no exílio, decidem ingressar no PCB, o que não impede que militantes isolados reivindicuem hoje a herança da ALN.

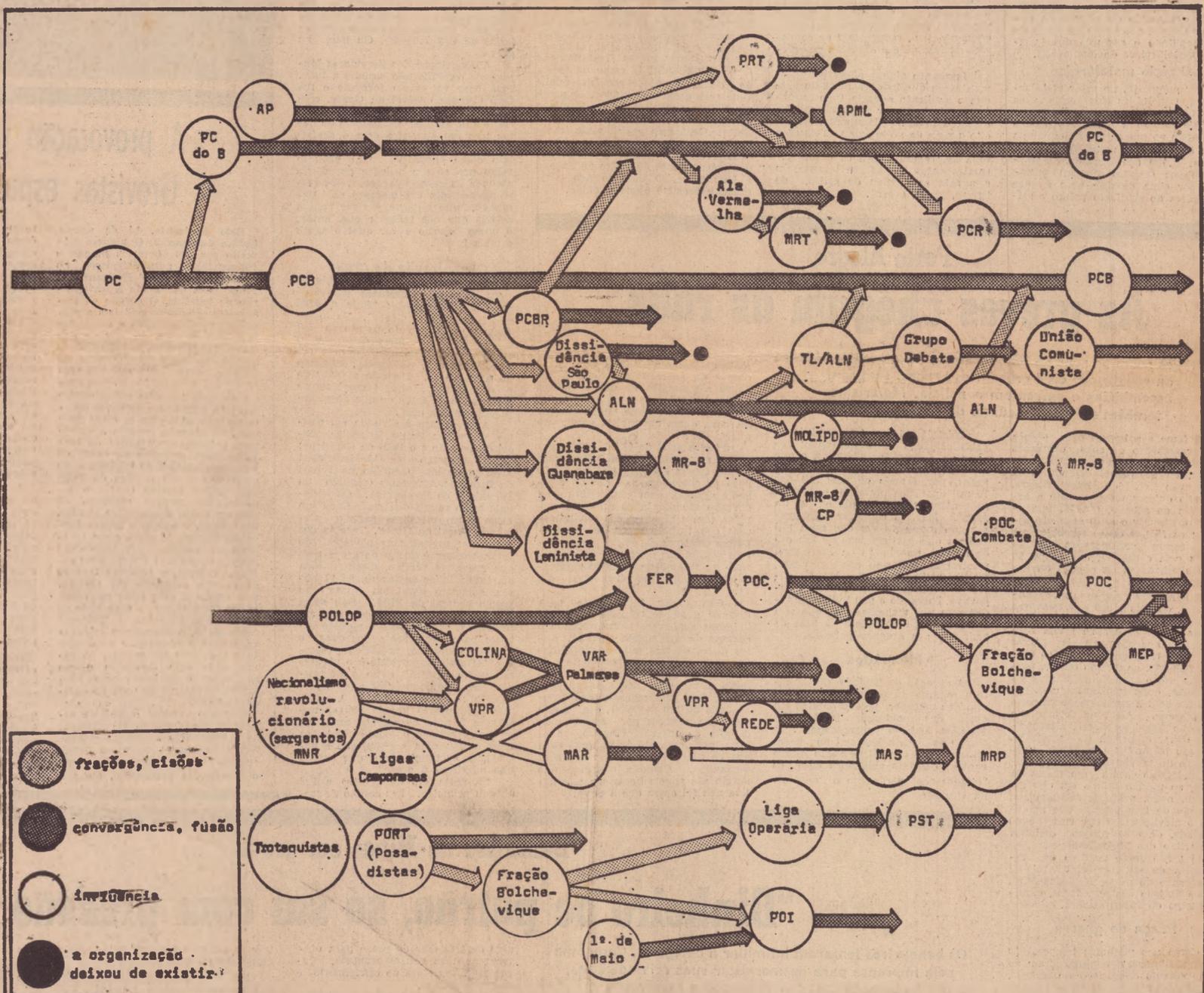
A.P. / Ação Popular

Surge em 1961, reunindo sobretudo militantes de Juventude Universitária Católica (JUC) e setores católicos de esquerda em geral.

Até 1964, a força da Ação Popular se situa basicamente no movimento estudantil. De suas filas saíram os três últimos presidentes da União Nacional dos Estudantes antes do golpe de Estado.

Posteriormente ao golpe, a A.P. diversifica suas influências no movimento de massas, ganhando bases significativas no campo e junto à classe operária. É, igualmente, um período em que a organização será sacudida por violentas crises internas. Depois de haver rompido com os postulados cristãos e haver-se declarado organização marxista, a Ação Popular, como outras organizações de origem semelhante na América Latina, é hegemônica por um grupo maoísta muito influenciado pela "Revolução Cultural" na China e pelas posições de Lin Biao. Começam então as cisões. Um grupo importante fundirá com o PC do B. Outro menor, dará origem ao PRT, enquanto que a organização, agora Ação Popular Marxista-Leninista acaba por ser violentamente tocada pela repressão.

Reconstituída a partir de 1975 ela ainda revela uma certa dificuldade em reco-



Legenda:

- frações, cisões
- convergência, fusão
- inexistência
- a organização deixou de existir

COLINA / Comando de Libertação Nacional
Dissidência mineira da Política Operária que se forma em 1967, defendendo uma posição mais concreta e não somente teórica em relação à luta armada. A cisão ganha a maioria dos quadros da Polop naquele Estado e se funde mais tarde com a VPR e outros grupos do sul e da Bahia para dar origem a VAR-Palmesares.

Dissidência da Guanabara
Ver Mr-8.
Dissidência Leninista
Dissidência do PCB no Rio Grande do Sul. Converte com outras forças na FER e mais tarde dá nascimento ao FOC.

Dissidência de São Paulo
Mantendo posições distintas da ALN e mais próxima a da dissidência da Guanabara, este grupo de São Paulo não teve condições políticas de subsistir, sofrendo uma violenta atração para os quadros na Aliança de Libertação Nacional. Praticamente desapareceu.

FER / Frente da Esquerda Revolucionária
Convergência da Dissidência Leninista (do PCB do Rio Grande do Sul) com a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop) e com a Dissidência Secundarista do então Estado do Rio. O projeto de reagrupar outras forças fracassa e, com a saída da Dissidência Secundarista do Rio, Polop e D. Leninista decidem, em 1968, formar o Partido Operário Comunista (POC).

Fração Bolchevique (do POR)
Dissidência dos posadistas anteriormente agrupada

dos no POR. Uma parte adota as posições "lambertistas" (Lambert é um dos dirigentes da OCI, grupo pela "reconstrução da IV Internacional) e vai formar com o grupo 1º de Maio o POI. Outro setor da F.B. se transforma em Liga Operária, que por sua vez dará origem ao PST.

LIGA OPERÁRIA
Ver PST.
MAR / Movimento Armado Revolucionário
Formado essencialmente por ex-sargentos cassados. Grupo armado que aparece

vinculado à "guerrilha de Angra dos Reis". Desaparece sob os efeitos da repressão.
MAS / Movimento Anti-imperialista Socialista
Movimento surgido nos anos 70 após a derrota das organizações armadas, reunindo militantes de vários grupos e articulado com algumas frentes de massa que subsistiram no período de refluxo do movimento de massas. A incorporação de outros grupos de base provocará a formação do MRP. Movimento pela Revolução Proletária. Este

recuo. Retomando criticamente as teses essenciais da POLOP, o MEP também define o caráter socialista da revolução brasileira, e faz da classe operária o campo privilegiado de sua intervenção, ainda que sua presença real seja mais forte no movimento estudantil. Edita o jornal Nova Luta, centrado em questões do movimento operário.

M.E.P. / Movimento pela Emancipação do Proletariado
Originário da Fração Bolchevique da Polop é uma das organizações que surgem no período de ascensão das lutas políticas no país, ainda que suas origens sejam na face anterior de

MOLIPO / Movimento de Libertação Popular
Dissidência da A.L.N. Grupo estruturado fundamentalmente em torno de ações armadas. Sofreu golpes repressivos que o desbarataram.

(Continuação da pag. 12)
MIR-8 / Movimento Revolucionário 8 de Outubro

Originário da Dissidência da Guanabara, provavelmente o primeiro grupo no interior do PCB que conta com organização e disciplina depois do golpe. De origem essencialmente estudantil, a dissidência manteve sólidas posições no M.E. e foi um dos elementos motores das mobilizações de rua de 1968. Incluiu a marcha dos "100 mil". Após o AI-5, a dissidência, que ainda mantinha este nome se orienta para as ações armadas. Esta linha tem um de seus momentos mais importantes quando ela decide, associada a ALN, sequestrar e embaixador dos Estados Unidos no Brasil e exigir a libertação de 15 prisioneiros políticos. É então que a dissidência resolve adotar o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (data da morte de Guevara), o mesmo de um pequeno grupo, originário do PCB e com base no então Estado do Rio, dizimado anteriormente pela repressão. Os dirigentes da Dissidência utilizaram este expediente para desmoralizar as sonoras declarações de vitória da repressão sobre o primeiro MR-8.

Atingido pela repressão, a maioria de seus integrantes se encontra no exílio no começo dos anos 70. É então que se produz uma divisão, com a formação de uma cisão chamada MR-8 CP (Construção Partidária) que se dissolverá mais tarde.

Após o fracasso da experiência de implantação no Litoral da Bahia, na qual morreu o ex-capitão Carlos Lamarca, que havia rompido com a VPR e ingressado no MR-8, a organização inicia uma revisão de sua política.

O privilegiamento das lutas democráticas, consideradas como "centro tático" do MR-8 e uma aproximação da chamada "esquerda proletária" dominam sua política. Sucessivamente se esvaíram, no entanto, seus projetos de aproximação, primeiro com a Polop e, posteriormente, com a A.P., com a qual havia expectativas de fusão.

O MR8 defende uma política de Frente Popular e tem relações próximas com PC e PCB do B. Até bem pouco tempo editou a revista BRASIL SOCIALISTA e publica ainda o jornal UNIDADE PROLETÁRIA.

MRP / Movimento pela Revolução Proletária
 Ver MAS.

MRT / Movimento Revolucionário Tiradentes

Um pequeno grupo saído da Ala Vermelha. Praticamente um grupo de ação e que foi rapidamente dizimado pelos aparatos repressivos. Teve como seu nome mais expressivo Devar de Carvalho, morto pelos agentes da OBAN.

PCB / Partido Comunista Brasileiro

Fundado em 1922 por militantes de origem anarquista, passou quase todo o tempo dos seus 57 anos de vida na clandestinidade. Em 1935 dirigiu uma insurreição armada contra o governo de Vargas e a partir de 43 passou a apoiar o ditador por sua posição pró-aliados na Guerra.

Legalizado, teve grandes êxitos eleitorais em 46. Sua legalidade dura pouco. Seu registro foi cassado e seus parlamentares banidos dos legislativos. Passou à clandestinidade, mas, a partir de 1958 entrou em uma semi-legalidade, aumentando enormemente sua influência no movimento de massas. Sua linha se definiu particularmente no Quinto Congresso de 1960: luta pelas "reformas de base" e pela formação de um "governo nacionalista e democrático". No fundamental, sua posição foi de apoio ao governo Jango e de confiança em que o "dispositivo nacionalista nas forças armadas" "aplastaria as tentativas de golpe", segundo palavras de Luís Carlos Prestes, secretário - geral desde 1943.

Além da cisão de 62, que deu nascimento ao PC do B, o Partido foi sacudido por uma violenta crise interna entre 65 e 68. Centenas de seus militantes foram engrossar as filas das dissidências que dariam nascimento a várias organizações: ALN, PCB, MR-8, POC, etc.

O Sexto Congresso, na clandestinidade, reafirmou as orientações estratégicas anteriores e formulou a tese da necessidade de uma frente democrática, começando um processo de autocritica, aonde a orientação do PC antes do golpe e estigmatizada como "esquerdista".

Durante os anos 70 o PCB é fortemente atingido pela repressão. Pelo menos 7 membros do Comitê Central são assassinados pela polícia, o que obriga sua direção a abandonar o país.

Pró-soviético, o PCB apoiou a intervenção da URSS na Checoslováquia e Prestes, recentemente em entrevista a TV Bandeirantes, disse que os dissidentes dos países socialistas quan-

do chegam ao ocidente mostram claramente que "são loucos mesmo". Estas posições são dificilmente aceitáveis pelo "grupo italiano" de orientação eurocomunista, que parece estar ganhando força, segundo se depreende das entrevistas, publicadas recentemente no Jornal do Brasil, com alguns de seus dirigentes. O VII Congresso, já convocado, promete ser animado e provocará seguramente um enfrentamento entre os "euro" e o grupo prestista.

PC do B / Partido Comunista do Brasil

Em 1962, o grupo de dirigentes do Partido Comunista que havia sido derrotado no ano anterior no Quinto Congresso desta organização, rompe com o Partido, acusando-o de "revisionismo soviético", sobretudo a que admite a possibilidade da "via pacífica" na transição ao socialismo. Reivindicando a continuidade com o velho partido fundado em 1922, eles guardarão o nome de Partido Comunista do Brasil (PC do B). O PC do B tomará posição na polêmica sino-soviética ao lado da China, referência que se manterá até a morte de Mao.

Hoje o PC do B, como grande parte das organizações semelhantes da América Latina, reivindica, no plano internacional, as posições do Partido Albanês do Trabalho. O ingresso de um grande número do quadro da Ação Popular nas suas filas em fins da década de 60 (provavelmente mais do que os efetivos do PC do B naquela época) injetou sangue novo na organização dando-lhe um dinamismo que poucos suspeitavam possível.

O PC do B dirigiu um movimento guerrilheiro na região do Araguaia, segundo as autoridades do governo, o "maior desafio militar da esquerda ao regime".

A derrota do movimento, que acarretou a perda de cerca de 50 quadros significativos da organização, tem sido objeto de uma forte discussão no interior de suas fileiras.

O PC do B tem como seu secretário-geral João Amazonas, um paraense de 67 anos, ex-deputado federal pelo PCB, que, juntamente com Diógenes de Arruda Câmara, são os únicos sobreviventes da "velha guarda" que rompeu com o PCB em 1962. Os outros, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Jover Telles, foram mortos ou se encontram "desaparecidos".

PCBR/ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Formado em 1968 por dissidentes originários da chamada "Corrente", o PCBR criticou a visão estratégica do PCB, especialmente no que se refere à tese sobre a via pacífica na transição ao socialismo. Defendendo uma concepção de "guerra popular" o PCBR realizou na prática ações armadas semelhantes às dos demais grupos da esquerda. A repressão golpeou-o fortemente, processo no qual "desapareceu" seu principal dirigente, Mário Alves. Uma pequena parte do PCBR, liderada por Jover Telles, ingressou no PC do B, em 1968.

PCR/ Partido Comunista Revolucionário

Organização saída fundamentalmente das filas do PC do B, ainda que tenha outras origens igualmente. Pouco conhecida, ela manteve-se ativa sobretudo nos anos mais fortes da repressão. Uma particularidade é seu caráter regional. Tem implantação sobretudo no nordeste do país.

POC/ Partido Operário Comunista

Formado pela convergência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) da Dissidência Leninista do PCB, no Rio Grande do Sul. O POC defendia o caráter socialista da revolução brasileira, privilegiando o trabalho político junto à classe operária e defendendo o igualmente uma estratégia armada de poder, ainda que suas ações neste campo tenham sido reduzidas. Em 1970, o POC, em meio aos efeitos da repressão, é sacudido por uma crise interna. Um grupo sai da organização voltando a adotar o nome de Polop e criticando a "tentativa militarista" à qual a organização havia succumbido.

Mais adiante, o POC divide-se novamente. Uma parte dos seus militantes liga-se à Quarta Internacional (Secretariado Unificado) adotando o nome de POC/Combate.

Mais tarde, contudo, as duas correntes voltam a se unificar, mantendo o nome de POC.

POI/ Partido Operário Internacionalista

O POI é o resultado da articulação de uma parte

da Fração Bolchevique do POR com o grupo I.0 de Maio. O denominador comum é no plano internacional o "lambertismo", corrente do movimento trotsquista que se propõe a "reconstrução da IV Internacional", criticando as posições do Secretariado Unificado da IV Internacional dirigida por Ernest Mandel e outros. Tem presença no movimento estudantil e em certos setores de profissionais liberais. Defenderam o voto nulo nas últimas eleições e são pelo paralelismo sindical.

POLOP/ Organização Revolucionária Marxista Política Operária

Formada em fevereiro de 1961, reunindo militantes vindos da Liga Socialista (de orientação luxemburguista), da Mocidade Trabalhista e ex-militantes trotsquistas e do PCB. Ainda que pequena e confinada nos meios intelectuais e estudantis, e com presença sobretudo em São Paulo e Minas, a Polop exerce uma considerável influência ideológica na esquerda, influência que se reforçará particularmente após o golpe de Estado, quando suas críticas ao populismo e ao reformismo recebem um aval histórico. Atrai então grupos de sargentos e sua presença é assinalada em episódios como o da "guerrilha de Copacabana" (articulação clandestina com sargentos da Marinha desbaratada pelo Cenimar) e na guerrilha de Caparaó. As dificuldades de realizar uma ampla reagrupação de esquerda e, sobretudo de capitalizar em seu proveito a crise em gestação no interior do PCB, acabam por gerar conflitos no seu interior. A direção consegue vencer o IV Congresso por escassa maioria, mas não impede os desprendimentos em Minas Gerais (que darão origem a COLINA) e em São Paulo (base para a formação da VPR). Em 1968, a Polop que se funde no POC com a dissidência Leninista é apenas uma parte da organização que se havia fortalecido após o golpe.

A Polop ressurge, em 1970, como desprendimento do POC. Sua atuação se caracteriza por um recuo em direção ao trabalho junto à classe operária, num momento em que as organizações armadas viviam sua etapa mais difícil. O trabalho se revela promissor, guardadas as proporções de um período de recuo do movimento de massas, mas uma orientação marcadamente obrerista se revela incapaz de dar conta dos problemas

que começam a se colocar mais adiante, quando os primeiros sintomas de reanimação política apareceu. Refugiada em um doutrinismo obrerista a Polop começa a sofrer sucessivas crises internas, que provocam a formação de uma grande quantidade de pequenos grupos. Na Guanabara, particularmente, forma-se a Fração Bolchevique, de maior importância, que daria nascimento mais tarde ao MEP. O estado atual da Polop é de total atomização.

P.O.R.T./ Partido Operário Revolucionário Trotsquista

Pequeno núcleo de militantes inicialmente com base em São Paulo e, posteriormente, estendendo sua influência ao Rio Grande do Sul e alguns estados do Nordeste. Vinculado a J. Posadas, bizarro personagem da esquerda latino-americana e mundial, capaz de discorrer infatigavelmente desde problemas políticos de qualquer parte do mundo até questões relacionadas com o transplante de órgãos ou os discos voadores. Estes últimos aspectos de seu "pensamento político" e toda uma outra série de excentricidades provocaram desprezimentos no POR que formaram a Fração Bolchevique.

P.R.T./ Partido Revolucionário dos Trabalhadores

Cisão da A. P. Opunha-se a esta no plano estratégico, assumindo uma definição socialista do caráter da revolução no Brasil. Duramente golpeado pela repressão, este pequeno grupo não teve muito tempo de vida.

PRIMEIRO DE MAIO

Ver Pol.

PST/ Partido Socialista dos Trabalhadores

O Partido Socialista dos Trabalhadores, originário da Liga Operária, é uma organização que reivindica o trotsquismo, mais particularmente as posições da "minoría" da Quarta Internacional, secretariado unificado, que na América Latina tem no argentino Nahuel Moreno sua figura mais expressiva. Defendem a tese de uma frente clasista e a necessidade de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.



REDE

Cisão, em realidade mais um grupo operativo do que propriamente uma organização, da VPR. Tem seu nome associado a Edison Leite (Bacuri) selvagemmente assassinado pelos organismos repressivos.

Tendência Leninista da ALN

Grupo que se forma a partir da crise da ALN. Seu projeto de análise das raízes da crise da organização fracassa. A TL/ALN se atomiza: uma parte ingressa no PC e outra vai participar na revista Debate, publicada no exterior, a partir da qual surgirá mais tarde a União Comunista.

U.C./ União dos Comunistas

A União Comunista é uma proposta de organizar o grupo de militantes, em grande parte no exterior, pelo menos nos anos mais duros da repressão, anteriormente reunidos em torno da revista DEBATE. Agrupa ex-militantes da ALN e, igualmente, de outras organizações da esquerda armada, como a VPR. Sua linha política está contida na Plataforma dos Comunistas, publicada em número especial de DEBATE. As posições da U.C. guardam uma certa proximidade com as posições eurocomunistas.

VAR/ Vanguarda Armada Revolucionária - Palmeares

Fusão da Colina, da VPR e de grupos regionais (Sul, Bahia, etc) tendo como projeto a constituição de uma organização político-militar. Divergências sobre a estratégia militar em seu primeiro congresso, em 1969, provocam a partida da maioria dos elementos originários da VPR que retomam sua antiga denominação, a VAR — Palmeares tenta então combinar o prosseguimento de ações, o que se complica pelo fato de que quase todos os quadros militares vão para a VPR, com iniciativas junto ao movimento opera-

Na próxima semana: O PC ANTES DO GOLPE

anistia

Movimento cresce: governo quer solução rápida

O governo procura acelerar a decisão sobre o projeto de anistia. Em reunião realizada na terça-feira, 14, os líderes da Arena no Senado e na Câmara, Jarbas Passarinho e Nelson Marchezan, respectivamente, juntamente com o deputado Ernani Sátiro (Araçá-PB), relator da matéria decidiram que no dia 22 será feita a votação da proposta.

Além da data de votação, definiram que será apresentado um substitutivo que incorpore algumas emendas liberalizadas, que ampliem o caráter da anistia, facilitando a aprovação do projeto, sem contudo ferir o que chamam de seu espírito. Ou seja, a anistia tem que continuar restrita.

O propósito destas decisões é muito evidente. O governo está tentando contornar a crescente intensidade com que vem-se apresentando as manifestações pela anistia ampla, geral e irrestrita, que cada vez mais vão ocupando as ruas e se popularizando.

As voitas com dificuldades político-institucionais e uma crise econômica que se aprofunda, o regime procura aliviar, o mais rápido possível, pelo menos uma das áreas de tensão. O projeto de anistia restrita certamente será acompanhado de uma medida como o indulto.

As principais emendas que o projeto de anistia incorporará já estão definidas. O regime aceita a emenda que estabelece a elasticidade do prazo, até 27 de junho, data de apresentação do projeto, para conceder anistia aos que cometeram crimes políticos. Além disso, incorporará a emenda que beneficia os dirigentes sindicais, e os estudantes punidos.

No princípio desta semana, quando jornalistas lhe perguntaram se a anistia poderá beneficiar os chamados criminosos de sangue, Ernani Sátiro não titubeou: "para esses, não há remédio".

O Movimento Popular não engole

Enquanto o deputado Ernani Sátiro se debruçava sobre as 305 emendas apresentadas, dedicando-se à tarefa de separar aquelas que o governo poderia incorporar à sua anistia sem ferir o seu caráter restritivo, 2,5 mil pessoas ocupavam, no último domingo, o Paço Municipal de São Bernardo e as dependências do Clube Atlético de Osasco, repudiando o projeto do governo.

Depois de 10 anos de exílio José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, casado em 1968, volta a falar em público e conclama os trabalhadores a se integrarem na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ibrahim afirma que "a anistia do governo exige que esqueçamos os nossos mortos e desaparecidos e não podemos ficar presos por isso".

No Paço de São Bernardo, Lula perguntava: "O que é mais grave: assaltar um banco ou dar um salário de pouco mais de dois mil cruzeiros? O que é mais grave: assaltar um banco ou matar de fome os operários da construção civil de Belo Horizonte? Lula não tem dúvida que "o trabalhador saberá definir bem o que é um crime de sangue, porque o patrão está matando o trabalhador e não conhece nenhum patrão que foi preso por isso".

Acelerar ao máximo a decisão sobre o projeto da anistia é decisão do governo. Com isso, tenta contornar a crescente campanha nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita que já atinge praticamente todos os pontos do país.



Por Felipe Chaves

Greve de fome

Nos presididos, segue a greve de fome. Os presos políticos do Rio de Janeiro que estão se alimentando somente com açúcar, água e sal desde 22 de julho, já se encontram extremamente debilitados fisicamente. Muitos necessitam de aplicação de soro glicosado e caso continuem rejeitando o açúcar, correm sérios riscos de vida.

O senador Teotônio Vilela (MDB-AL) lembra que "se algum preso

político em greve de fome vier a tombar" o governo será o responsável e prometeu ler, diariamente, da tribuna do Senado o boletim médico de cada um deles, como uma forma de levar ao conhecimento do povo a situação que estão vivendo.

Em São Paulo, no presidio do Barão Branco, dos presos que entrariam em greve de fome na terça-feira passada, incorporando-se ao movimento que cinco outros presos iniciaram no dia 8 deste mês, somente Altino Rodrigues Dantas Jr. ade-

riu, no dia 13 como havia se proposto. David Górgora Jr., Diógenes Sobrosa de Souza, Nelson Chaves dos Santos, Newton Cândido e Ricardo Zaratini Filho, tornaram sem efeito o comunicado que assinaram juntamente com Altino, no dia 8 de agosto, resolvendo não entrar mais em greve de fome. No comunicado, que divulgaram no dia 11, dizem que no momento oportuno virão a público para prestar os "necessários esclarecimentos" sobre a decisão.

O Bispo é contra a Anistia Ampla

E os torturadores, os anistiadados do governo, estão passeando pelas ruas. Tal é a certeza de impunidade, que no ato público de Osasco o Sargento Damasceno, da OBAN (hoje DOI-CODI), torturador conhecido como Chá-de-Pescoco, circulava tranquilamente. Reconhecido, no meio da multidão, Chá-de-Pescoco percebeu quando um profissional de fotografia e dirigiu-se a ele: "se você queria me fotografar era só pedir que eu fazia pose".

No ato público pela anistia, realizado dia 8, em Porto Alegre, foi aprovada uma vigília de caráter permanente, com duração, a partir daquele momento, até o dia da votação do projeto do governo pelo Congresso. No entanto, não foi possível utilizar-se o saguão da Catedral Metropolitana, como havia sido programado. Na quinta-feira, 9, alegando ser contra a anistia ampla, geral e irrestrita, o Cardeal Dom Vicente Scherer chama a polícia para desobstruir as escadarias da Catedral, obrigando-se à transferência da vigília para a Praça da Alfândega, expondo os participantes ao frio e a chuva.

Na terça-feira, concentrações não só em Porto Alegre e Minas (ver na página 7), como no Rio de Janeiro, onde perto de três mil pessoas percorreram as ruas do centro,

protestaram contra o projeto Figueiredo e apoiaram a greve dos presos políticos.

Ex-presos políticos tomam a palavra

A semana foi marcada, também, pela reunião realizada na segunda-feira, 13, pelos ex-presos políticos residentes em São Paulo, no teatro Ruth Escobar. Inédito, o encontro levou os ex-prisioneiros a se posicionarem conjunta e publicamente sobre o projeto governista. Dom Paulo Evaristo Arns, José Ibrahim, Darci Ribeiro, entre outros foram algumas das personalidades presentes à reunião, onde foram aprovadas, também moções de solidariedade à greve de fome dos presos do Rio, Itamaracá, Fortaleza e parte de São Paulo. Foi decidido, ainda, a convocação de nova reunião para o dia 20 de agosto, na avenida Brigadeiro Luís Antonio, 21, às 19 horas.

Popularização com mobilização

A multiplicação desses atos de solidariedade à luta pela anistia, ampla geral e irrestrita mostram o acerto das propostas que visavam popularizar o movimento, não só no sentido de levá-lo às camadas populares, como também propondo o aprofundamento da reivindicação central, incorporando teses como a anistia trabalhista, o desmantelamento do aparelho repressivo e a revogação da Lei de Segurança Nacional que, acionados com invulgar frequência nos últimos dias contra os trabalhadores, mostram ser extremamente limitado qualquer projeto de anistia que não contemple sua desarticulação e revogação. E que, se ainda for possível alterar o limite do projeto do governo, isso só será alcançado pelo único método capaz: a mobilização direta do povo brasileiro.

O TRIO DAS DEZ

Notas sobre *Plantão de Polícia*, *Malu Mulher* e *Carga Pesada*, os seriados da Globo no horário das dez da noite.

Flávio Aguiar

No comecinho dos anos 70, em artigo para o *Temps Modernes*, Roberto Schwarz escreveu que "existe uma relativa hegemonia cultural de esquerda no país". Ele referia-se aos anos imediatamente anteriores, dos meados e dos fins dos anos 60. Bons tempos aqueles; hoje não é mais possível sequer pensar uma coisa dessas. Acho mesmo muito complicado falar em alguma "hegemonia cultural", hoje. Mas se há alguma imitação de hegemonia no terreno da cultura, o fato é que ela não está com a esquerda; também não está com o Ministério da Educação, nem com o da Justiça — como já esteve, na época das perseguições mais dramáticas ou da censura mais arrochada do que esta que aí ainda está.

Nesses últimos anos a bola correu por outros lados. Se não hegemonia, a iniciativa no terreno da cultura passou para outros campos. A influência da TV cresceu muito; e há um modo um tanto curioso de se averiguar isso, mais preciso do que IBOPEs e outras estatísticas. O comercial mais valorizado, hoje, não é — como há algum tempo atrás — o que fica entre os programas, mas aquele que está no meio, no intervalo da ação. Há ocasiões em que o comercial inter-programas até desaparece, e estes (os programas) se sucedem praticamente sem intervalo entre o fim de um e o começo do outro. Isso é um índice seguro de falta de improvisação, de confiança no mundo imaginário que a TV apresenta, e de um bom refinamento de psicologia da publicidade (se é que se pode falar nisso), pois nunca alguém é tão receptivo como naquele momento em que, após o suspense, ou a atenção fixa, o corpo e a mente relaxam, mas e expectativa se mantém. As defesas da personalidade ficam momentaneamente em suspensão. Progrediu-se muito até nos meios de provocar esse "estado de suspensão mental relativa" — plim-plim e outras musiciques.

Haveria outras iniciativas, no terreno da cultura, de que se deveria falar — como a crescente privatização do ensino, pela decadência criminosa do ensino público. Por ora, essa nos basta, já que vamos falar de personagens de televisão.

Entretanto, se é verdade que a TV e os grupos que detêm a sua hegemonia estão com uma forte iniciativa, também é verdade que uma disposição particular do público a que hipoteticamente mais eles se dirijam forçaram, de um tempo para cá, a que essa iniciativa tomasse rumos insuspeitados. Esse público é, grosso modo, essa imagem imprecisa, mas imperiosa nos arrais do consumo a que chamados de "classe média". E ao longo dos anos, a posição desse público, no horizonte da geléia geral brasileira mudou. Essa "classe média" já foi apontada como a avulsa de 64; como a sustentadora do "milagre". Hoje ela se arrola

entre as "vítimas do regime", às custas da inflação, da gasolina, do TRU, etc. A passagem de pilar de sustentação para vítima se acentuou a partir de 73 — e fez renascer, no seu consumo, muitos dos mitos, das lendas, das personagens, das histórias, que fizeram aquilo que o Roberto Schwarz chamava de "uma relativa hegemonia cultural de esquerda". Foi daí que apareceram personagens como Bino e Pedro, do *Carga Pesada*, que são, sem dúvida, das personagens das três séries, os mais "tradicionais". Malu e Waldomiro Pena são um pouco mais "modernos", é verdade, mas vêm desse mesmo impulso, dese retomar, agora com o amplificador da Televisão, a trilha de quase uma década atrás.

Foi essa alteração no papel da "classe média" que deu o sucesso de bilheteria que foi *Gota d'Água*, por exemplo, que retomava as lições do teatro nacional popular da década de 60. Há outros nomes a citar: *O último carro* certamente não pode ser esquecido. Esse impulso, ou a *Ópera do Malandro*, *Ponto de partida* também entram nas manjedouras do IBOPE. A penetração se deu através da novela das dez. Quem se lembra de Nina? Ou quem se lembra do mais longínquo *O Espião*. Depois a coisa chegou às novelas das oito, misturada com o mais desenfreado consumismo que já se viu nesse país: *Dancing Days*, *Sônia Braga* e o mesmo Antônio Fagundes. Apesar de seu final açucarado e de mil e uma outras bobagens. *Dancing Days* foi uma novela como nunca outra houvera, seja pela atração de suas personagens, seja pela febre de moda que a acompanhou, seja também pela ousadia de colocar situações, temas e mesmo cenas até então inéditas naquele horário.

Malu: mulher no purgatório

Agora o trio das dez (retiro daqui a série *Aplauso* por ter características muito especiais) apresenta uma imagem completa (ou quase isso) da nação brasileira. Senão, vejamos só. Em vários aspectos as três séries se completam e compõem uma unidade. *Malu* se passa em São Paulo, *Plantão de Polícia* no Rio, *Carga Pesada* no "interior", no sertão, na estrada ou nas cidades pequenas. *Malu* é a intelectual; *Carga Pesada* é o povo; *Plantão de Polícia* é onde tudo se cruza, povo e intelectuais, sob o signo da marginalidade.

Bino e Pedro são personagens paradiplomáticos, são bons por natureza e instinto. Seu mundo é o do trabalho, das coisas "simples". São um tipo especial de trabalhadores, é verdade, pois são proprietários, ou quase isso, do seu caminho. Mas são "populares", não resta dúvida.

Waldomiro Pena e sua tropa são anjos (bons) que habitam o infer-

no, quer dizer, o submundo, a marginalidade, a violência. Tanto ele quanto os outros, e em especial Babel, procuram entender a realidade e a violência, e através disso se justificam; mas quase sempre o que se ressalta é a sua impotência para transformar, mais a fundo, o que quer que seja.

Já Malu não está no céu, nem no inferno; está no purgatório. Quer dizer, está a caminho de alguma coisa que ela mesma não sabe o que é, esperamos que não seja por razões censórias ou outras, uma açucarada reconciliação com o marido no final da série). Neste sentido, ela é a personagem mais interessante — e mais polêmica junto ao público, de todas. Ela corresponde a uma definição romanesca de personagem: é uma personagem problemática, em busca de valores autênticos numa sociedade degradada, e que ela sabe que é degradada. A sociedade de Bino e Pedro é complicada, é difícil, é dura, mas não é "degradada"; já a de Pena se apresenta como o outro lado da moeda — no fundo da degradação maior, que é a violência tal como aparece no seriado, se descobre novamente a possibilidade do humano. Há algo de messiânico nisso.

Já em *Malu* não há nada de messiânico. A sua consciência que ela tem da sua situação faz parte da situação dramática apresentada. Malu é a que traz problemas, porque ela quer encarar a sua vida como um problema, quer dizer, como algo que deve ter uma solução, como algo que tem ponto de partida e de chegada, princípio, meio e fim. Como algo que tem uma "razão de ser". Uma vida só pode ter "razão de ser" na medida em que uma pessoa se coloca em busca de tal coisa; antes ela pode ter função, objetivo, meios, etc. Razão de ser depende do jogo de consciência, e é essa a grande novidade que Malu trouxe para a televisão, por sobre ser feminista, ou por sobre representarem (através da imagem da mão) o seu orgasmo: uma personagem cujo projeto é ter uma consciência. Isso é valioso, ainda que seja em pilulas seriadas, ainda que seja para vender o fino que satisfaz nos intervalos, etc. Vamos ver como a *Globo* se sai dessa.

Voltarei ao assunto dos seriados das dez. Espero que essas notas iniciais contribuam para mostrar que há muito que discutir em torno deles. E que não adianta querer reduzir tudo a um ponto só: seja para defender, maravilhando-se com essa "ocupação de mercado", seja para malhar, definindo tudo como "chato", "porcaria", "primário", ou condenando de vez a "retomada" de alguns vícios das imagens populistas. Na produção de cultura nunca há "um ponto só"; é tudo muito complicado; e é isso que a faz tão rica e interessante.



Malu: uma personagem cujo projeto é ter consciência.

Enfim uma mensagem feminista

Discussão de teatro, linguagem, vanguarda, a partir da peça *No Natal a gente vem te buscar* de Naum Alves de Sousa. (Teatro Funarte, São Paulo)

Leda Tenório

Um livro contém todos os livros, pois o que circula no discurso, sob a aparência de realidade, são os signos da realidade: a linguagem. Essa reabsorção inelutável, essa universal incidência, já fixa o projeto literário. Escrever é escrever sobre a linguagem: dar conta dos seus limites e, assim fazendo, redimensioná-la.

Entre nós, dos modernos aos concretos, passando pelas realizações para-literárias do tropicalismo, do underground, da estética glauca, da Boca-do-Lixo e do Pornô (1), este projeto tem-se constituído em intenso ritual de devoração crítica. É a sua realização a medida da nossa originalidade e do nosso

colonialismo, do nosso classicismo e do nosso modernismo, como diria Haroldo de Campos, da nossa própria vocação vanguardista. Somos subdesenvolvidos, sim, mas fazendo arte de vanguarda. Na realidade, desde o Manifesto Pau-Brasil, ao longo de quase um século, Oswald nunca mais nos deixou.

Saldia imperativa para quem é periférico e vulnerável, a melhor maneira, hoje, de se trair esse perfil antropofágico, em que assentam as múltiplas irrupções da nossa personalidade artística, seria replisar os seus caminhos. Temos que reinventar o novo, redescobrir o crítico.

Por este motivo, talvez, a criação teatral "*Macunaima*", longe de causar aqui algum impacto, vai repercutindo só na epiderme das platéias estrangeiras, nostálgicas de primitivismo, como alertava Glauco.

Impossível reviver assim, sem dor, o episódio maior da nossa deglutição coletiva, literário-cinematográfico. A linguagem é, por si, um monstro inerte. Só a desconstrução — e como havia desconstruído em Mário e em Joaquim Pedro! — é verdadeira e artística.

Na mesma linha — por ser repetição pura e simples de sua própria fórmula para amparar-se na facilidade do discurso certo, não no exame do discurso — há um *Vulto na Janela*... de Lillah Assunção, que sen ser irruptiva deus-nos-noutro tempo algum teatro, não pode igualmente comover.

Nem os textos de Nelson Rodrigues tal como vêm sendo encenados em São Paulo. Nelson trabalha no limite às sensibilidades: é um trágico. *A Falecida*, porém, não agüenta a leitura de melodrama que lhe deu o teatro do Sesl. Doentes de paixão, os personagens rodriguanos caem aqui das alturas. E caem baixo, entram no repositório classe média das suscetibilidades contornáveis.

Mal sem investir nenhum tema caro ao público (pequeno burguês) do nosso teatro, sem fazer concessões

sem ir procurar na relação ideológica vendável das problemáticas feministas, bichas, malandras, vagabundas e ou terrositas, *No Natal a Gente Vem Te Buscar*, de Naum Alves de Sousa, já é, só por isso, uma surpresa e uma promessa de (boa) literatura.

Ileso em meio ao vasto contingente atual de trabalhos teatrais comprometidos pela usura, pela indefectibilidade de seus projetos, (e espelemos a *Ópera do Malandro*, de Chico, com estréia marcada para setembro), o texto de Naum teve a clarividência, à sua maneira antropofágica, de optar por ser um clássico. Revolucionário, hoje, quando Augusto Boal capitaliza rapidamente o exílio. Guarnieri faz teatro do Oprimido na *Globo*, talvez seja, na esteira dos ensinamentos da guitarra elétrica, falar de flores. E por que não?

Questão de cobertura

Para começar, e visto que um livro carrega consigo toda a literatura, *No Natal*... tem uma atraente relação de parentesco com o texto do nosso Alcântara Machado. Sua solteirona é da mesma matéria da *Maná Maria de Laranja da China*: efeitos de lirismo e de realidade, sintese raríssima entre o registro poético e o procedimento romanesco, recondução dentro da própria corrente modernista, que já não precisa do espetacular, do "bárbaro" para ser "nosso".

Escolhendo esta linha de equilíbrio formal, que faz de todo texto clássico um indutor de transparências — transparências plenas de sentido, não de um sentido pleno — *No Natal*... surpreende também pelas inúmeras extensões que desta forma autoriza. E é neste ponto que

suplanta, apesar de sua despretenção constitucional, a pretensa explosividade de *Oração para um Pé-de-Chinelo*, por exemplo, do censuradíssimo mas nem por isso mais inspirado Plínio Marcos.

Há na anacrônica solteirona de Naum, que não se acanha de ser personagem principal, quando o feminismo está na ordem do dia, (já a *Mariuzinha de Fala Baixa Senão eu Grito* não queria ser mera solteirona, mas metáfora da revolução), uma verdade que é da esfera do feminino. Uma evidência que o discurso feminista, por ser reativo, consegue no mais das vezes escamotear: a motivação profunda da mulher, é, ainda, ser investida pelo homem. Ser solteirona — a de Naum e o de pai, marido e primo — é o desaparecimento metafísico de não se abrigar sob o paradigma masculino. É não gozar de nenhuma cobertura fálica.

Experiência correlata à de estar fora do mundo dos vivos por isto a personagem principal, sem estar cansada, vai parar numa casa de repouso — a lógica inerente a esta condição acidental é escabrosa no seu desdobramento imediato: assim como a criança é o pai do homem, solteirona ou não, o homem é o pai da mulher...

Para além das perspectivas emancipacionistas do feminismo organizado, "*No Natal*...", remando contra a corrente, com seu realismo singular encucado, não apenas está dramaticamente perguntando, sabendo da impertinência dessa sua pergunta: em quanto tempo se muda uma cultura?

(1) Não qualquer pornô, mas o de Carlos Reichenbach Filho, por exemplo.

As ditaduras abaladas

América Central

TODOS os movimentos populares da América Central acompanharam com interesse o desenlace da guerra civil na Nicarágua, pois a vitória dos sandinistas representaria um forte elemento de apoio contra as ditaduras instaladas na região. Nesse sentido a queda de Somoza teve o mesmo efeito que um terremoto sobre as Repúblicas Bananeiras do Caribe, especialmente El Salvador, Guatemala, Honduras, São Domingos e Haiti.

Embora os Estados Unidos estejam reorganizando sua estratégia para garantir o domínio da região — a mais subdesenvolvida da América — a oligarquia aliada às multinacionais teme, de imediato, as repercussões do terremoto político no menor país da faixa continental do Caribe: El Salvador.

Tradicional aliado dos Estados Unidos, inclusive nos seus esforços para esmagar o Mercado Comum Centro-Americano (que surgiu na década de 50 com o objetivo de industrializar a região), El Salvador tem todas as condições para se tornar a nova Nicarágua da América Central. O atual presidente, Carlos Humberto Romero, subiu ao poder em meio a graves denúncias de fraude eleitoral e para enfrentar a violenta oposição dos trabalhadores, estudantes e da Igreja tem recorrido sistematicamente à repressão. Somente em maio e junho deste ano, quase duzentos de seus opositores foram assassinados. Apesar desse regime de mão-de-ferro, Romero não consegue impedir a ação dos grupos guerrilheiros, especialmente das FARN — Forças Armadas de Resistência Nacional — o ERP e das Forças Populares de Libertação Farabundo Martí. Foram estes grupos e mais o Bloco Popular Revolucionário — responsável pela ocupação de várias embaixadas para exigir a libertação de presos políticos que levaram o governo de Romero a envenenar por outros métodos. No início do ano, o governo chegou a suspender a Lei de Defesa e Garantia da Ordem Pública (Lei de Segurança) para tentar um diálogo com a oposição moderada, evidentemente mal sucedida, pois esta oposição não detém o controle do movimento de massas. Ao mesmo tempo, o ex-candidato presidencial Ernesto Cuaramount (que teria vencido as últimas eleições) chegou a fazer um apelo aos militares progressistas para que dessem um golpe de Estado e estabelecessem um governo "democrático" no país. O que foi respondido com maior endurecimento do regime.

A emigração salvadorenha

A situação, no entanto, é cada vez mais crítica, não só pela organização e força da oposição reunida no Bloco Popular Revolucionário (integrado por estudantes, camponeses, trabalhadores urbanos e setores da igreja) mas pela própria realidade do país, imutável desde o século XIX. Menos de três por cento dos proprietários rurais detêm latifúndios que ocupam 57,5 por cento da área total do país. A população de mais de quatro milhões de habitantes vive confinada no território que tem uma densidade de 60 habitantes por quilômetro quadrado.

El Salvador tem uma taxa de crescimento demográfico de 3,8 por cento ao ano e a oligarquia em vez de recorrer à Reforma Agrária para proporcionar trabalho à enorme massa de camponeses sem terra e desocupados urbanos preferiu a válvula de escape da emigração. A maioria dos que deixaram o país escolheu Honduras, aguçando as contradições entre os dois países, o que provocou em 1969 a chamada "guerra do futebol", quando 30 mil salvadorenhos foram expulsos de Honduras.

A United Brands é quem manda

Quem ouse enfrentar a United Brands, a multinacional da banana em Honduras, é derrubado do poder

As Repúblicas Bananeiras tipo El Salvador, Honduras e Guatemala são os países mais atrasados do continente: onde as companhias norte-americanas fazem e desfazem governos. Nos três, já existem blocos de oposição suficientemente fortes para enfrentar o terrorismo oficial, responsável por milhares de assassinatos políticos na região

Por Vilma Amaro



Foi o que aconteceu ao general Lopez Arellano que no seu segundo mandato, interrompido em 1975, tentou estabelecer uma tímida reforma agrária. Os golpes de Estado são tão comuns, quanto na Bolívia e, a exemplo do que ocorre no país andino, os hondurenhos têm um dos movimentos populares mais bem organizados da região.

O café e as bananas são os principais produtos de exportação de Honduras, um país que importa noventa por cento dos manufaturados que consome. Essa tradição agrícola-exportadora levou alguns setores, especialmente da pequena-burguesia, a identificar o atraso do país com a produção de bananas. Por esse motivo, passaram a pressionar o Estado para que reformulasse as bases de sua política econômica dando lugar à inversão industrial, porque dentro de sua lógica (influenciada pela CEPAL), industrialização é sinônimo de desenvolvimento e autonomia. Essa tese esbarra, no entanto, com o forte enraizamento do capital estrangeiro no país, a partir do setor agrícola. Segundo estudos do professor Antonio Murga Fiasinetti, da Universidade Nacional Autónoma de Honduras (divulgado no boletim da ALAI, de junho) é o capital estrangeiro, especificamente o norte-americano, que se constitui atualmente no bloco hegemônico do setor industrial, dirigindo-se das atividades agrícolas para as novas atividades industriais urbanas.

Os organismos da massa

Isto significa que os centros de decisão da economia estão fora de Honduras e o caráter monopolista dessa exploração leva o país a ser controlado por duas companhias norte-americanas, enquanto o presidente, Policarpo García, que assumiu o poder no ano passado é, na verdade, um fantoche típico de uma República Bananeira.

Quanto aos trabalhadores, mantêm um grande nível de organização, em

uma sociedade que é considerada pré-capitalista. A Central Geral de Trabalhadores — CGT — é o principal organismo de massa e reúne quatro importantes federações, como a União Nacional de Camponeses, a Federação Hondureña de Sindicatos dos Trabalhadores e Alimentação, a Federação Nacional dos Moradores e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Bancários. Apesar de sua linha geral democrata-cristã, coexistem na CGT diversas tendências.

A entidade foi criada há dez anos, mas o movimento sindical hondureño tem uma tradição de luta, forjada há três décadas, quando os trabalhadores de banana, nas plantações ao norte do país (pertencentes à United e à Standard Fruit) organizaram uma greve e obrigaram as duas poderosas empresas a aceitarem suas exigências. Desde então (1954) a repressão ao movimento camponês tem sido sistemática, impedindo sua maior organização. No entanto, as entidades de que dispõem estão solidamente apoiadas em movimentos de massa.

Guatemala

Da mesma forma que seus antecessores, o governo do presidente Romeo Lucas mantém organizações especiais para dar fim a seus opositores: o Esquadrão da Morte, além da temível "Mano Blanca" responsável por quase 40 mil assassinatos políticos, no período que sucedeu à derubada do presidente populista Jacob Arbenz, em 1954. Arbenz foi o primeiro presidente guatemalteco que se atreveu a regulamentar a atividade das companhias norte-americanas e decretar uma reforma agrária profunda, ferindo diretamente os interesses da United Fruit Company, proprietária das plantações de banana.

O governo do presidente Lucas mantém os mesmos índices de repressão de seu antecessor, Kjell Lau-

gerud Garcia: cerca de 100 pessoas (estudantes e trabalhadores) são assassinadas por mês, enquanto o número de sequestros se detém em torno de vinte. Além da Mão Branca e de Olho por Olho, uma outra organização secreta de policiais se encarrega agora de assassinar líderes políticos, a FADA, responsável, pelo escandaloso assassinato em janeiro passado de Alberto Fuentes Mohr, líder do Partido Revolucionário Autêntico e que pretendia criar uma organização socialista na Guatemala, o Partido Socialista Democrático.

As constantes mortes, torturas e sequestros a que é submetida a população, levou à organização de uma entidade que luta para encontrar o paradeiro de familiares desaparecidos. Cerca de três mil famílias estão nessa situação, a maioria constituída de camponeses, o alvo principal da repressão no país.

O movimento de massas por outro lado, está fortemente organizado. No ano passado, a repressão desencadeada pelo governo de Romeo Lucas levou o Conselho Nacional Sindical (CNUS) e o Comitê de Emergência de Trabalhadores estatais a decretarem uma greve geral na cidade da Guatemala, que contou com o respaldo de cerca de 10 entidades (entre elas a Federação Nacional de Estudantes Secundários que participou das mobilizações) e foi vitoriosa, apesar da morte de mais de 40 pessoas, assassinadas pela Polícia. Também os grupos guerrilheiros, com o EGP — Exército Guerrilheiro dos Pobres, vem fustigando o governo, com ações especialmente contra os latifundiários do norte do país.

Quanto à posição legal está constituída pela Democracia Cristã, o Partido Revolucionário Autêntico e a Frente de Participação Popular, que procuram conciliar os interesses de industriais, comerciantes, agricultores e setores pequenos-burgueses e unificá-los contra a ditadura militar através de suas reivindicações específicas se de uma política de denúncia à violação dos direitos humanos no país.

Alta concentração de renda

Nenhum desses partidos tem uma proposta de transformação radical da Economia do país baseada no latifúndio. Cerca de dois por cento da população possui 62 por cento das terras cultiváveis, enquanto noventa por cento dos índios dispõem de menos de um hectare por família. Estes minifúndios não conseguem garantir sequer a sobrevivência por um ano inteiro, o que leva os camponeses (indígenas) a procurarem trabalho assalariado nas plantações de café (que representa 52 por cento das exportações da Guatemala) ou de banana e algodão, recebendo quantias ínfimas, ou seja, o equivalente a um dólar por dia. Remuneração que os camponeses são obrigados a aceitar, pois na zona de cultivo de cereais, o salário cai a menos da metade.

Além da alta concentração da propriedade, a concentração da renda atinge índices alarmantes. Enquanto os minifúndios alcançam uma renda anual de 220 quetzales, a média nos latifúndios é de 40 mil. Estes altos ingressos, permitem que os latifúndios passem a investir na atividade industrial e no comércio, operando uma autêntica fusão entre a burguesia agrícola, industrial e financeira.

Ao mesmo tempo, a exploração atrasada no campo não permite maior desenvolvimento das forças produtivas, perpetuando o caráter de imutabilidade das relações sociais.

Fora a oposição consequente o sistema está viciado e não há alternativa possível: a única saída é seguir o exemplo dos sandinistas e derrubar a oligarquia aliada dos militares. Possibilidade que pode ocorrer brevemente nestes três países, além de São Domingos e Haiti, onde o processo histórico é semelhante.

viramundo

Nicarágua

Anti-alarmismo anti-comunista



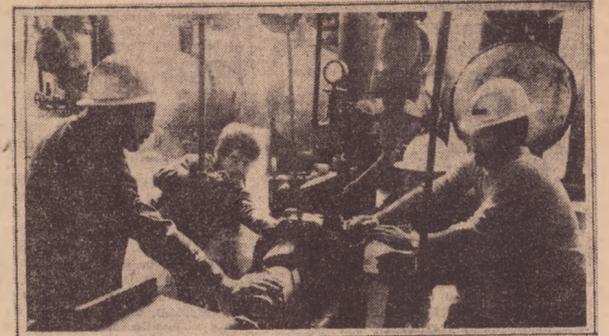
A Nicarágua vive hoje o agudo problema da "reconstrução nacional". Todos sabem que do seu enfrentamento depende a consolidação ou a crise do novo regime. Nesta semana uma delegação governamental foi buscar uma ajuda de 1.500.000 dólares nos países escandinavos. E diante das chantagens americanas, Sergio Ramirez, membro da Junta de Governo, advertiu que essa política só provocaria "o que mais temem, ou seja a radicalização do processo". E às empresas paralisadas sem motivo econômico o governo ameaçou com a estatização. Ao mesmo tempo ameaçou os que tomam iniciativas de ocupar imóveis ou terras "sem autorização da procuradoria-geral da república ou do Instituto de Reforma Agrária" de que serão punidos segundo a lei.

A Junta procura desmontar todo o alarmismo anticomunista já mobilizado em todo o mundo. Vão também no mesmo sentido medidas como a exibição dos prisioneiros, mostrando que estão sendo bem tratados; as relações internacionais amplas; as declarações de que não seguirão o modelo cubano. Mas o efeito dessas respostas está longe de ser uniforme.

As reiteradas declarações de que não buscam um modelo socialista e advertências como as feitas pelo Ministro do Interior contra as "ocupações" sem autorização desempenham certamente um papel conservador e negativo. Numa situação em que boa parte dos empresários mantém paralisadas suas empresas, numa situação em que a questão do poder ainda não está decidida, a liberação das iniciativas populares é mesmo condição da vitória. É verdade que a própria Junta assume e dirige um processo de reorganização geral do país. Os comitês sandinistas estimulam esse processo. É verdade que a Nicarágua enfrenta uma situação delicadíssima e necessita evitar um isolamento que poderia ser fatal. (E aqui a solidariedade internacional deve agir!) Mas também o que se está decidindo ao mesmo tempo é o caráter mesmo da "nova Nicarágua", remodelada pela social-democracia ou liberta da exploração capitalista. (Eder Sader)

Irã

Greve também (e sobretudo) não pode



O caráter anti-popular, repressivo, do regime de aliatolá Khomeini tornou-se ainda mais explícito. No início da semana passada foi divulgada uma nova lei de imprensa que dá ao governo o direito de suspender as publicações que criticarem o regime ou seus líderes. Isto motivou um protesto de 258 jornalistas, que assinaram que esta lei é "mais retrógrada que a do deposto regime do xá". Foram fechados um jornal de esquerda, o Ayadeg, e o semanário satírico Ahangar, mostrando que a lei é pra ser aplicada.

Como se não bastasse, o regime estabeleceu a norma de que "a greve, os boatos e a propaganda falsa são delitos monstruosos". Khomeini não se esqueceu de que chegou ao poder justamente levado por um fortíssimo movimento grevista; mas isto foi no tempo do xá. "Sob um governo islâmico, as greves são um delito anti-islâmico" (o que parece um pouco mais grave do que o antigo "delito de lesa-majestade", o mais grave das antigas monarquias).

Essas medidas repressivas tentam responder às mobilizações contra a fraudulenta eleição dos "75 especialistas islâmicos" que redigirão a futura Constituição. A fraude foi mais sensível nas províncias que têm expressivas minorias nacionais; em uma delas (a província de Chahar Mahal-e-Bakhtiari) foi feita uma greve geral de um dia, em protesto.

Na verdade, a preocupação de conter o movimento popular já vinha se acentuando. O Código Penal, aprovado no início de Julho, estabelece cortes especiais para delitos "contra-revolucionários" como: incitamento às greves, promoção de distúrbios no trabalho, atividades separatistas, indisciplina militar.

Apesar disso, a tendência do movimento popular tem sido de se fortalecer. Foi a sua pressão que obrigou o governo a nacionalizar os bancos e as companhias de seguro em junho, e grande parte da indústria (automobilística e naval, siderúrgica, de cobre, alumínio) em julho. No campo, começam a se refazer tomadas de terras de latifundiários, inclusive com a eleição de conselhos para administrá-las. (J. Machado)

Chile

Pascal Allende escapa mais uma vez

Andrés Pascal Allende, secretário-geral do Movimento de Esquerda Revolucionária, o MIR chileno, desde a morte de Miguel Enriquez, em outubro de 1974, está de volta ao Chile.

O ingresso clandestino do sobrinho de Allende foi assinalado pelos organismos repressivos, e a imprensa chilena admite que Pascal Allende se encontrava, na semana passada, na casa do bairro El Arrayan cercada e ocupada pelo exército, depois de um violento tiroteio, tendo conseguido no entanto escapar.

Esta seria a terceira vez que Pascal Allende romperia um cerco a bala: a primeira no dia do golpe, quando os carabineiros cercaram a fábrica aonde se encontrava, e a segunda quando seu esconderijo em 77 foi descoberto pela DINA, e cercada por centenas de soldados. Dias depois o dirigente do MIR se asilava na embaixada da Costa Rica.

O cerco da casa onde Andrés Pascal se encontrava coincide com uma intensificação de ações de propaganda armada todas elas reivindicadas pelo MIR. (M.A. Garcia)



BRUNO LIBERATI



Construir a democracia da classe trabalhadora

Domingo. Dia 5 de julho de 1979. Na sede da sucursal do EM TEMPO, de Belo Horizonte, lideranças de diversas categorias profissionais debatem as experiências que viveram na atual onda de greves que está envolvendo Minas Gerais. Luiz Soares (Presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais), Inácio (Operário metalúrgico), Alexandre (motorista), Nilson (pedreiro), Rogério (membro da Oposição Sindical dos Bancários) e Marco Aurélio (Presidente da Associação dos Técnicos em Análise Química) estão de acordo que a organização da classe trabalhadora deve-se dar pela base, e também que é necessário construir uma Central Única dos Trabalhadores e um partido que defenda os seus interesses, um partido classista. Fazem um balanço da greve. É domingo. Lá fora, numa verdadeira corrida de revezamento, as greves continuam. Minas Gerais está pegando fogo.

— A série de greves ocorridas em Minas Gerais surpreendeu muita gente. Todo mundo se pergunta: como foi possível acontecer isso? Quem faz essa pergunta em geral acreditava que o trabalhador estava conformado e desorganizado. De repente surge essa explosão prevista. Como é que vocês analisam esse fato?

Luiz Soares — Acho que a razão principal do movimento dos professores e de todos os outros, são as péssimas condições de vida, os salários muito baixos. No caso do professorado, aconteceu a proletarização dos professores. Isso gerou nas escolas uma fermentação muito grande. Teve a influência da greve dos professores do Rio de Janeiro. Daí convocamos uma assembleia e formulamos as reivindicações. Uma outra assembleia redefiniu as reivindicações, e uma terceira encaminhou ao governo as exigências dos professores, no caso do professorado da rede oficial. A quarta assembleia decidiu a greve. Nesse intervalo entre as assembleias, nós fomos fazendo o trabalho de organização na base, nas escolas, e esclarecendo a população, as finalidades da nossa greve.

É importante destacar que o que gerou o nosso movimento não foi nenhuma iniciativa do sindicato ou da associação das professoras, mas foi o caráter explosivo das condições de vida e de trabalho da categoria, o que se traduziu em mobilização por iniciativa das bases nos locais de trabalho.

“O que permitiu as greves foi as iniciativas terem saído das bases”

— Mas a situação explosiva não é fato novo, nem recente. Por que a greve aconteceu naquele momento e não antes?

Luiz Soares — A situação explosiva sempre existiu. Mas a classe tinha no sindicato e na associação, direções pelegas, sempre teve lideranças pelegas em Minas. Com a fermentação desses últimos tempos surgiram novas lideranças, ou antes disso, surgiram novas propostas de mobilização. Ao contrário do que acontecia anteriormente, quando um grupo pequeno formulava em gabinete as reivindicações para a classe, resolvemos convocar uma assembleia onde todo mundo falou o que quis, e dali surgiram as reivindicações. Os métodos mudaram. O que permitiu a explosão dessa greve não foram só as condições de trabalho e de salário, não foi só o clima revivido no País, não foi só o fato de que as greves hoje são muito mais aceitas, mas também o fato de que a iniciativa partiu das bases. A gente se estruturou nas escolas, por regionais, na Capital e no Interior, e elegemos o Comando Geral da Greve. Para ser eleito para o CGG tinha que ser eleito no nível de base, ser legitimado na base. Criamos uma rede de comunicação aberta aos professores, sem negociações em segredo, sem ações em segredo. Qualquer descontentamento com a direção era manifesto e o erro corrigido imediatamente.

“Imediatamente se cria um novo instrumento, a Comissão”

— No caso da categoria metalúrgica aconteceram as greves na Mannesmann, e em seguida, a da Macifé, depois a da Nansen e a da Toshiba. Greves que surgiram aparentemente desarticuladas entre si, em momentos diferentes. O que caracteriza essas greves?

Inácio — Parece-me que as greves metalúrgicas podem-se caracterizar assim como uma explosão de massa. Onde se reuniam 200 a 500 metalúrgicos, imediatamente se estabelecia um clima de greve. Ninguém acreditava na greve da Mannesmann uma semana antes de ela acontecer. O sindicato aceitou reuniões por fábricas, e lá se reuniram até 4 mil companheiros que tomaram conta do sindicato. Surgiu a liderança de fábrica que organizou aquela greve vitoriosa. Talvez tenha sido a primeira greve da Mannesmann que nasceu dentro do sindicato. Já a da Macifé e Toshiba nasceram fora do sindicato, que teve que encampar e teve que aceitar a direção estabelecida pelas comissões de greve. A da Nansen surgiu com aspecto diferente. Foi contra o próprio sindicato. Após duas reu-

niões, a diretoria não aceitou mais reuniões. E estas continuaram fora do sindicato, e fora dele a greve foi deflagrada. Em todas elas o sindicato sempre foi um tanto passivo. O que há de novo na categoria metalúrgica é que as greves estão surgindo da própria massa operária e imediatamente se cria um instrumento de organização, que é a comissão.

O problema atual é o seguinte: a Opanna dos metalúrgicos é em outubro. Agora mesmo, um companheiro de uma fábrica estava me dizendo que o povo está querendo entrar em greve. Ele, com muita clareza, está dizendo que não é hora de greves parciais. A turma está querendo esfriar este movimento parcial, para poder fazer um movimento mais amplo em outubro.

As greves não tem nada a ver com a abertura

— A greve da Mannesmann teria nascido dentro do sindicato. Mas parece que desde o ano passado se teve algum trabalho de base diferente do que aconteceu nas outras fábricas. É correto, então, deduzir que onde houve prévia organização, a greve nasceu no sindicato, e onde não houve ela pegou até o sindicato de surpresa?

Inácio — Eu acho que a greve da Mannesmann foi tão explosiva quanto as outras. Não foi tanto pelo trabalho anterior que a greve da Mannesmann teve o êxito que teve. Foi vitoriosa porque 4 mil operários foram ao sindicato e até esse momento não havia liderança de massa. A partir dali, os companheiros que assumiram a liderança de massa deram as palavras de ordem de greve e de organização da comissão, e a massa assumiu.

— E a greve dos motoristas? Alexandre — Começou pela revolta mesmo. O salário era o pior possível e a repressão interna nas empresas muito violenta. Era corte do prêmio, desrespeito total das empresas pela lei, custo de vida alto e o papo de greve correndo desde o ano passado, com as greves de São Paulo. Aquilo repercutiu muito. Acho que não tem nada a ver com abertura. A Lei de Segurança Nacional está aí para arrebentar mesmo. A nossa greve começou mais ou menos organizada a partir da empresa Barreiro, onde a gente já tinha um esquema de informação. Tinha um boletim, que era distribuído em cada linha com gente encarregada disso. Recortes de jornal, xerox e distribuição. Recortes destes jornais alternativos falando sobre as greves e os movimentos populares. E quando foi em maio a gente deu uma paradinha lá no Barreiro, bairro Amazonas, Industrial, Durval de Barros e Lagoa Seca por causa do corte de prêmio. Todo mundo foi para a garagem e só voltou a trabalhar no momento em que a empresa

devolveu os prêmios. Houve uma animação muito grande. A gente marcou uma reunião no Barreiro, com a presença muito grande de companheiros, e tiramos a posição de convidar as outras empresas. Mais de mil companheiros, de 69 empresas, estiveram presentes. A turma desceu para a assembleia, já em greve. Então os patrões chegaram aquilo que os motoristas queriam.

O balanço dos pedreiros

— Vamos passar para o pessoal da construção civil. Propomos que comecemos pelo modo como a greve nasceu, o papel do sindicato e o tipo de sustentação que a greve teve no primeiro dia.

Operário da construção — Foi no dia 15 de julho que o sindicato distribuiu boletim em todas as obras para que os operários comparecessem à assembleia marcada para o dia 29, domingo. Lá nós comparecemos. Teve ali troca de ideias sobre o assunto de salário. Não pretendíamos ficar até o dia 13 de agosto com esse salário, esperando o presidente do sindicato dos patrões voltar da Europa. Partimos pra greve. Quando foi na segunda-feira o presidente do sindicato ainda tava fume conosco. No domingo ele ainda perguntou se a gente partisse pra greve se ninguém arredava o pé e não tirava a consciência do lugar. Nós ficamos com ele.

Quando chegou agora, na hora “H”, na quinta-feira, o presidente do sindicato começou a trazer umas palavrinhas de lá, que vinha um aumento de 53% sobre o salário que nós estávamos ganhando em setembro de 78. Al, ninguém quis aquele acordo. Ele começou a tirar o corpo fora. Quando foi na hora que mais ele tinha que ficar lá, o próprio sindicato nos abandonou, sendo que nós não abandonamos ele. Nós falamos com ele que ficáramos um mês, até dois meses nessa greve. Ele não nos acompanhou. Inclusive nós saímos, botando piquete em várias obras, na quinta-feira. Eu parti pra Água Branca, Riacho, JK, Eldorado, onde tinham várias obras funcionando escondido, com poucos homens. Por ali nós fomos batendo os piquetes, inclusive com a polícia nos acompanhando. Eu já estava marcado por eles porque eu fui preso por 4 horas e meia, na rodoviária. Foi quando de lá nós fomos pro campo do Atlético, pra assembleia das 5 horas. Todo mundo esperando uma boa decisão do nosso presidente. Ele então falou que a nossa greve, se continuasse, a partir daquela hora em diante era ilegal. Disse que não assumiria nenhuma responsabilidade. Quem era responsável por nós era ele. Então foi aí — eu creio — que a nossa greve teve uma grande derrota. No princípio dela a população tava contra nós, por causa da quebra-de-ra. Eu sei que houve muita quebra-de-ra por aí. Eu sei que aquilo não foi através de nós. Foi por intermédio de maus elementos, que nem trabalham. Vivem aí a fim de covardias com as madames que andam sempre sozinhas, e entraram no nosso meio como quem diz: “Vamos entrar no meio deles porque aí vamos ter grande facilidade de roubar”.

Alexandre — Só um comentário: Fiquel sabendo que na segunda-feira a polícia soltou 300 marginais.

Virgílio — Isso pode ter sido uma provocação ou, talvez, resultado de uma greve branca dos policiais, que ganham muito mal.

Operário da construção — Mas isso só pra sujar nosso nome. Uma

greve que começou com o sindicato. Pizarro, no domingo, falou assim: “Não podemos aceitar esse salário. Os vocês partem pra greve ou partem pra trabalhar”. A turma quis greve. A população no início foi contra nós mas depois que viu que não éramos nós, vamos dizer, os derrotadores da Capital, ela não ficou contra nós. Inclusive no caso daquele taxi incendiado na segunda-feira na Praça da Estação, eu estava lá e vi. A polícia na hora pegou um que era ladrão, marginal. Quem destruiu aquele táxi foram os pedes. O marginal falou pra polícia que ele é que começou aquilo.

— No domingo, vocês fizeram assembleia no campo do Atlético. Mas na segunda-feira a assembleia ficou marcada para a Praça da Estação. Por quê?

Operário da construção — Porque o nosso presidente Pizarro, o ex-Pizarro falou que era na praça porque lá cabia um número maior. Na hora lá daquela confusão, um coronel perguntou meu nome. Eu disse porque não tinha razão pra não dizer. Ele falou pra mim que era pra nós irmos pro campo do Atlético. Foi um apelo. Eu disse que tava certo. Falei pros companheiros. Eles disseram que tava certo mas que eu fosse na frente, num caminhão aberto, pra que todos vissem onde eu ia, que eles seguissem atrás. Foi quando esse coronel — não sei se coronel ou tenente — tava de farda amarela, mandou o cabo Teixeira arrumar o caminhão. O cabo entrou na buleia. Eu trepei em cima do capô. Fomos. Me acompanharam. Ali no campo tudo foi em paz. Quando foi meio-dia e meia eu fui almoçar. Na parte da tarde, na cidade, eles me prenderam. Entrei na greve pra defender os meus colegas e a mim. Eu sou encarregado. O que eu ganho não tá dando pra comer, o que dirá um servente ganhando o que ganha. Atingiu pra eles um aumento que não vale nada. E vem o Pizarro falar que a greve é ilegal. Por que ilegal? Por que? Depois de quarta-feira eu mesmo falei que nós fomos pro campo do Atlético e dali pra casa, que não ia ter problema. Por que, então, o Pizarro disse que a greve era ilegal? Nessa hora ele nos abandonou. Não disse a que veio.

“O sindicato nos abandonou: nós não abandonamos ele”

— Os dirigentes sindicais que não são pelegos apoiaram o movimento. O que vocês acharam disso?

Operário da construção — Muito justo. O Pizarro foi contra e foi comprado a peso de dinheiro pelos nossos patrões. Se ele não fosse comprado, ele não tinha nos deixado na mão. Não tinha falado que nossa greve era ilegal. A população foi toda a favor dos professores e professoras. A população toda foi a favor dos enfermeiros. A população foi a favor dos motoristas. Por que a população apoiou todas estas greves? Porque o filho de cada um tá nas escolas. Porque cada família precisa dos enfermeiros nos hospitais. Porque são os motoristas que transportam a população. Quem vai suprir o lugar do professor e do enfermeiro? Ninguém. Não é o motorista, não é o operário da construção civil, que nem assinou o nome direito não sabe. Na greve dos motoristas, eu que trabalho na Pampulha e moro na Cidade Industrial, em favela, tinha trabalhado desde as seis da manhã, comandando 150 homens na construção. Foi a pé até o centro.

De lá fui a pé até em casa. Não posso morar na Praça 7, não posso morar em Santa Efigênia. Não posso comprar. Tenho que morar é na favela. Então, na greve dos motoristas, falei com o engenheiro lá na obra pra liberar os pedreiros às 3 da tarde, porque o jeito era caminhar pra casa a pé.

Nilson — Na sexta-feira foi formada uma comissão pra ir ao Palácio conversar o governador, não sei pra que. O Pizarro pensou com ele, com certeza: “Mando lá essa comissão, fico livre desse povo e fico sozinho aqui pra decidir”. Foi quando a comissão saiu e ele começou com a história de que a greve era ilegal. A turma não entendeu aquela coisa. Foi quando ele começou aquele negócio de separar a turma para o lado direito e para o lado esquerdo. Começou o confronto. A turma começou a brigar. E’ aquilo mesmo que eu queria, tenho certeza. Então o Pizarro já iniciou a greve contra nós. Lá no sindicato ele só manda operário voltar amanhã. E’ uma audiência, outra audiência...

Operário da construção — Se ele fosse feito o Lula levava essa luta pra frente. Teve um deputado aí, Jesus Trindade Barreto, que disse que o Lula aqui, irá fazer agitação. Mentira ele veio aqui pra nos acalmar. Ele foi tão bacana, teve uma palavra tão maravilhosa, que dali ele saiu sem voz. Eu fui o último a cumprimentar o Lula. Ainda dei um abraço nele, de homem. Um presidente de um sindicato metalúrgico de São Paulo vem aqui nos ajudar, enquanto não vem um presidente metalúrgico daqui de Belo Horizonte mesmo.

“Por um Congresso Regional dos Trabalhadores. E pela criação de um partido de classe”

Luiz Soares — Há um problema envolvendo a concepção e a prática da maioria das diretorias de sindicatos: é a visão corporativa. Os movimentos avançaram muito além da prática das diretorias dos sindicatos. Os garis chamaram os professores. Os motoristas pediram o apoio de todas as categorias. Os trabalhadores da construção civil aceitaram o apoio do Lula e dos sindicatos de outras categorias. As professoras deram uma força no piquete dos motoristas no Barreiro. Vigilantes e enfermeiros se reuniram juntos lá no ex-campo do Atlético. Então a solidariedade avançou concretamente. No caso da greve da construção civil alguns dirigentes sindicais assumiram a posição de só participarem das assembleias se o Pizarro convidasse. E’ uma assembleia de trabalhadores. Os trabalhadores é que decidem. As direções sindicais de Belo Horizonte e de Minas Gerais continuam corporativas.

Operário da construção civil — E’ onde os operários da construção civil procurando a união com todas classes e o presidente do sindicato procurando se unir, levar pra trás.

Luiz Soares — O Pizarro chegou a dizer que essa história de outros dirigentes sindicais virem falar aqui é complô contra a sua autoridade. O avanço dos movimentos dos trabalhadores aqui pode ser um fundo de mobilização, para não se dizer fundo de greve em sentido estrito. Agora isto tem que ser pela base do sindicato, porque se depender de ser um fundo a partir dos presidentes de sindicatos, isso não funciona. O controle desse fundo deve ficar nas mãos das categorias, das bases.

Inácio — Acho que já passou da hora da gente organizar o movimento por baixo. O movimento estritamente intersindical vai chegar a um ponto de esgotamento. E’ importante, hoje em dia, a gente começar a se organizar em núcleos de partido. A sigla não tem tanta importância. Tem uma comissão aberta que se reúne as quartas-feiras.

PT com pelegos não é PT: é PSD

Rogério — Apesar do avanço dos movimentos em Belo Horizonte a gente hoje vê uma fraqueza. E’ a ausência de uma central regional de trabalhadores de todas as categorias. Acho que até o fim desse ano se deveria organizar um congresso regional dos trabalhadores para se discutir os rumos dos movimentos, a unidade, para se tirar algum saldo organizativo.

Luiz Soares — Em primeiro lugar eu acho que, não só pra sustentação dos movimentos grevistas, reivindicatórios, mas também para que esses movimentos tenham fluxo, a gente deve continuar como tem vindo até agora. Iniciando o movimento nas bases, independentemente do sindicato, tem que estar ao mesmo tempo dentro e fora dos sindicatos. Ele tem que se fazer e lutar nas bases, e as bases não estão necessariamente no sindicato. Não se precisa ficar esperando que a direção pelega de um sindicato tome a iniciativa de convocar uma assembleia. Não. Organiza-se as bases e estas passam por dentro do sindicato tentando romper inclusive a legalidade estreita desses sindicatos.

Em relação à unificação das lutas, elas têm que se dar em cima das próprias lutas. Não adiantaria, por exemplo, formar aqui, em BH, como já se propôs recentemente, uma associação de diretores de sindicatos. Isso é mais uma alternativa pelega. A única alternativa que funciona quando a gente tem uma bandeira de luta comum, várias bandeiras comuns, formas de organização e de mobilização comuns, e aí então a gente tira uma forma geral de organização comum. A nível nacional isto vai ser uma Central Única dos Trabalhadores.

Um congresso de trabalhadores de Minas seria um bom avanço. Apesar de essas greves terem sido municipais, acho que um congresso estadual avançaria muito. As greves não tiveram caráter estadual (exceto a dos professores) mas elas ocorreram em diversas regiões do Estado.

Alexandre — Há certos sindicatos que estão avançando. Acho que a gente não pode desprezar o João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH, num momento em que ele assume a luta. Se ele está assumindo, é porque ele está avançando. Ele hoje está melhor do que era.

Luiz Soares — Disso eu não tenho dúvida. Os pelegos hoje são muito mais hábeis. A conjuntura política exige isso deles.

“Barriga mobiliza mais do que palavras”

Isso não significa que a gente vai compactuar com diretorias pelegas apenas porque elas fingem apreciar as lutas dos trabalhadores. Inclusive apoiar as diretorias pelegas é deixar de apoiar uma oposição sindical que pode conquistar o sindicato e tirar o pelego de lá. Atuar dentro do sindicato é uma coisa. Fortalecer um pelego é outra. O congresso pode avançar se tiver bem claro isso. Não tira a forma de organização de cima pra baixo.

Em relação à questão política: não sei o nome que vai ter, mas se coloca agora a necessidade de se criar um partido de classe no país, de todos os trabalhadores e assalariados. Não é porque a legislação vai mudar, mas é porque está sendo criadas as condições para se organizar no país um partido de classe. Pra fortalecer isso agora a gente tem que expandir o debate. Tirar da mão do Teodoro o sindicato dos motoristas, tirar da mão do Pizarro o sindicato da construção, tirar da mão do João Silveira a bandeira da criação de um partido dos trabalhadores. Deixar muito claro que se um João Silveira tá na direção, ou se um Pizarro ou um Teodoro estão na luta pela organização de um PT, que isso não é PT, é PSD, é qualquer outra coisa, menos um PT classista. Também não fazer a organização desse partido ao nível de diretoria de entidade, porque vai comprometer o conteúdo desse partido que fica no gabinete, na porta fechada. Isso não é partido.

Corélio — A nossa categoria, enfermeiros, está começando a crescer agora, a partir da greve e da série de movimentos grevistas que houve aqui, e no país. Nós temos um problema muito sério. O pessoal ainda está com uma conscientização precária. Barriga mobiliza mais do que palavras. Em termos de compactuar, nós estaríamos situados entre os pelegos da construção civil ou os motoristas. Em termos de necessidade, básicas, aspirações, ideologia. A nossa proposta é pela unificação de todos os movimentos. A gente acha que o fundo de greve é o grande primeiro passo pra nós. A partir disso nós teríamos condições de avançar, porque teríamos o retorno, a resposta a essa experiência que vivemos nos últimos meses sobre a unificação dos movimentos. O congresso estadual seria fundamental. Evitaria a dispersão, e contribuiria para que as pessoas superassem a falta de lucidez devido a esses 15 anos de opressão. A nossa categoria está completamente aberta a estas propostas que foram colocadas na mesa.

Construção civil — Entre os trabalhadores não tem penetra. Tudo é trabalhador.

EM TEMPO:

16 A 22 DE AGOSTO DE 1979 — N.º 77



Belo Horizonte: Os operários da construção civil dizem não a proposta dos patrões.